

TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 11

Sessão Ordinária

22 de junho de 2015

APROVADA POR MAIORIA, COM 20 VOTOS A FAVOR E 4 ABSTENÇÕES.
NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28/09/2015.

-----Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e quinze reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 10h00 horas, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:-----

1- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- 1.1 APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS DE: 28 DE SETEMBRO DE 2014, 22 DE DEZEMBRO DE 2014, 16 DE FEVEREIRO DE 2015 E 27 DE ABRIL DE 2015;**-----
- 1.2 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA;**-----
- 1.3 ASSUNTOS DE INTERESSE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO;**-----
 - 1.3.1 Proposta de fusão das 3 CIM'S .-----
 - 1.3.2 Proposta de entrega a empresa especializada em transcrição de atas da A.M.-----

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- **PONTO 1 - APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA (ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART. 25.º DA LEI N.º 75/2013);**-----
- **PONTO 2 – REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS;**-----
- **PONTO 3 – FUNDO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS;**-----
- **PONTO 4 – RECOLHA DE ÓLEOS ALIMENTARES USADOS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS;**-----
- **PONTO 5 – REGULAMENTO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÁNSITO DO CONCELHO DE TORRE DE MONCORVO;**-----
- **PONTO 6 – APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA;**-----
- **PONTO 7 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS;**-----
- **PONTO 8 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO GERAL DE TAXAS MUNICIPAIS;**-----
- **PONTO 9 – ACORDOS DE EXECUÇÃO A CELEBRAR COM AS JUNTAS DE FREGUESIA;**-----
- **PONTO 10 – ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE;**-----



• **PONTO 11 – ALTERAÇÃO AO REGIMENTO ;**-----

3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

-----Feita a chamada, para além dos membros que compõem a Mesa, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----José Mário Leite;-----

-----Cristina Alexandra Pantaleão Trindade;-----

-----Mauro Xavier Cristão Gabriel;-----

-----António José Félix Salgado;-----

-----Luís João Fernandes Dias;-----

-----Maria Cecília Maçorano Saraiva Pinto;-----

-----Manuel Carlos Prado;-----

-----Luís Miguel Meneses Macedo;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Pedro Manuel Ferreira Pereira - Freguesia de Cabeça Boa;-----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais;-----

-----Mário Diogo Pinheiro Miranda – Freguesia de Horta da Vilarça;-----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa;-----

-----José Carlos Meneses – Freguesia de Torre de Moncorvo;-----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras e Maçores;-----

-----**Do Partido Socialista (PS):**-----

-----António Manuel Lopes;-----

-----José Manuel Rodrigues Aires;-----

-----António Júlio Andrade;-----

-----Magali Isabel Sebastião Amador;-----

-----Ademar Augusto Rodrigues Alves;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----José Carlos Cordeiro – Freguesia de Açoreira;-----

-----António Júlio Sá Andrade – Freguesia de Larinho;-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha e Cardanha;-----

-----António Manuel de Castro Gonçalves – União de Freguesias Felgar e Souto da Velha;-----

-----Afonso Henrique Alagoa – União de Freguesias Urros e Peredo dos Castelhanos;-----

-----Assim, encontravam-se presentes **vinte e quatro** membros dos vinte e oito que compõem esta Assembleia Municipal, verificando-se **a falta** dos seguintes deputados: -----

- Maria de Fátima Salvador Gonçalves (PS);-----
- Sílvio Afonso Dengucho de Oliveira Carvalho (PS);-----
- Maria Luísa Pinto Ferreira (PS);-----

-----Por parte da **CÂMARA MUNICIPAL** estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira, o senhor Vereador José Manuel Aires e o Coordenador Técnico Manuel Camisa. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----Passou-se de imediato à discussão e votação dos assuntos da ordem de trabalhos. -----

----- **1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

1.1 Ata n.º 7 da Sessão Ordinária realizada em 29 de Setembro de 2014, ata n.º 8 da Sessão Ordinária realizada em 22 de Dezembro de 2014, ata n.º 9 da Sessão Ordinária realizada em 16 de Fevereiro de 2015 e ata n.º 10 da Sessão Ordinária realizada em 27 de Abril de 2015.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos começar, então, pelo Período de Antes da Ordem do Dia. O Sr. Presidente da Câmara, que nestas últimas reuniões tem estado presente nesta fase, pediu dispensa aos assuntos urgentes que está a tratar – e obviamente, havendo algum assunto que lhe diga respeito, com certeza, pedimos-lhe para estar presente – Para já dispensamos a sua presença, sendo mais útil para o Município a tratar desses outros assuntos. Vamos começar por apreciar e votar as Atas de 29 de setembro e 22 de dezembro de 2014, e 16 de fevereiro e 27 de abril de 2015. Pergunto se algum dos Srs. Deputados deseja intervir sobre este assunto.-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto a deputada **Magali Isabel Sebastião Amador** (PS) e **António José Félix Salgado** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra a deputada Magali Isabel Sebastião Amador.-----

-----**Deputada Magali Isabel Sebastião Amador:** Muito bom dia a todos. Eu só queria alertar para uma questão. Relativamente à última ata, foi rececionado – pelo menos por mim – um e-mail com a ata em word para todos nós analisarmos, e podermos proceder a uma alteração de

Handwritten marks: a circled 'A' and a signature.

acordo com aquilo que, efetivamente, se passou ou não se passou. Na minha opinião, eu entendo que a ata deve ser disponibilizada, mas acho que não deve haver por parte dos deputados, digamos que uma iniciativa para poderem alterar aquilo que, efetivamente, já está transcrito. As atas fazem fé pública, o que está escrito, está escrito, as atas vão a votação, e se eventualmente não correspondem àquilo que efetivamente se passou, a pessoa vota contra, ou a favor, ou abstém-se, e emite declaração de voto. Agora, acho que não deve ser aberta a todos os membros a iniciativa de alterar, de acordo com aquilo que se passou ou não se passou, obrigada.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado António José Salgado, se faz favor.-----

-----**Deputado António José Félix Salgado:** Bom dia a todos. Ora bem, eu penso que atas podem ser complementadas, nas falhas que existem. Agora, não é para alterar esta ata, mas acrescentar o que falta. É nessa base que eu acho que pode ser alterada.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, a questão que foi levantada aqui em algumas Assembleias anteriores... o que o Sr. Deputado diz é verdade, mas também é verdade que a linguagem nem sempre tem a transcrição escrita, legível ou inteligível. O que se pretende não é alterar as atas, o que se pretende não é alterar o que se passou nesta Assembleia; o que se pretende é dar uma redação adequada àquilo que foi dito nesta Assembleia. E muitas vezes... não se pretende sequer, nem se admite sequer que qualquer um dos deputados – ou mesmo o Presidente, ou a Mesa – altere o que cada um dos deputados disse. Mas, dá-se a faculdade aos deputados de redigir de uma forma diferente, ou de interpretar aquilo que foi a audição. E a audição nem sempre é correta, nem sempre é a mais adequada. Mas, registo a sua questão, e se alguém reclamar disso, eu colocarei à votação do plenário alguma alteração. A não haver, eu manteria este princípio, que me parece um princípio bom: sempre que há dúvidas – dúvidas, obviamente, sobre o conteúdo das últimas atas – perguntar aos intervenientes se, efetivamente, é aquilo que eles queriam dizer. Mais alguma intervenção? Vamos, então, pôr à votação a Ata de 29 de setembro de 2014. Está aprovada. Muito obrigado.-----
Vamos pôr à votação a Ata de 22 de dezembro de 2014. Está aprovada.-----
Vamos pôr à votação a Ata de 16 de fevereiro de 2015. -----
Vamos pôr à votação a ata de 27 de abril de 2015. Está aprovada por unanimidade.-----
Se as abstenções disserem respeito ao facto de não estarem presentes (o que é natural), dispenso qualquer outro comentário. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou **por maioria**, aprovar as seguintes atas: a Ata n.º 7 da Sessão Ordinária realizada em 29 de Setembro de 2014 – com vinte votos a favor, e três abstenções; a ata n.º8 da Sessão Ordinária realizada em 22 de Dezembro de 2014 - com vinte e dois votos a favor, e uma abstenção; a ata n.º 9 da Sessão Ordinária realizada em 16 de Fevereiro de 2015 – com vinte e dois votos a favor, e uma abstenção. Foi aprovada por unanimidade a ata n.º10 da Sessão realizada em 27 de Abril de 2015. -----
-----O deputado José Manuel Rodrigues Aires (PS) estava ausente na votação das atas.-----

1.2 Informação da Correspondência.-----

-----Não houve intervenções.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Chegaram aos serviços da Assembleia Municipal os seguintes artigos de correspondência: -----

- ✓ **Luís Ricardo Ferreira – Justificação de falta:** Veio justificar a falta à reunião de Assembleia Municipal realizada no dia 27 de Abril de 2015;-----
- ✓ **ABREU – DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO CULTURAL:** Veio informar da falta de informação cultural relativamente à presença do “Coro dos Antigos Orfeonistas da Universidade de Coimbra” no passado dia 25 de Abril de 2015.-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo – Newsletter n.º48** - Veio dar a conhecer as atividades realizadas no mês de Abril de 2015.-----
- ✓ **Câmara Municipal de Bragança** – Enviou as Resoluções sobre a “Vespa das Galhas dos Castanheiros” aprovadas na Reunião Ordinária de Câmara, realizada em 27 de abril de 2015.-----
- ✓ **Joaquim Fernando Reboredo** – Vem requerer certidão das deliberações de Assembleia Municipal referentes ao lançamento da derrama a cobrar em 2015 e em 2016.-----
- ✓ **Boletim da Assembleia da República** – Vem informar das atividades de Maio de 2015.-----
- ✓ **Boletim da Assembleia da República** – Vem informar da Peça do Mês de Maio – Potes de Porcelana.-----
- ✓ **Dropbox** – Vem informar das mudanças para melhor atendermos usuários no mundo inteiro.-----
- ✓ **Maria Vitória Andrade Lázaro – Justificação de falta** – Veio justificar a falta à reunião de Assembleia Municipal realizada no dia 27 de Abril de 2015.-----
- ✓ **Abreu** – Presente um e-mail do Sr. Carlos Abreu a demonstrar o seu descontentamento na falta de divulgação cultural da presença do “Coro dos antigos Orfeonistas em Torre de Moncorvo”.-----
- ✓ **Município De Bragança** – Envio da Agenda Cultural 2015 do mês de Maio/Junho.-----
- ✓ **O Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP** – Envio de um inquérito de avaliação da satisfação dos contribuintes 2015.-----
- ✓ **Margarida Pires – Associação Empresarial do Distrito de Bragança** – Envio do programa da 4.ª Edição da Expo Trás – os – Montes em Bragança nos dias 29, 30 e 31 de maio de 2015.-----

- ✓ **Abreu** – Veio informar que irá decorrer uma oficina de escultura designada “Neoberracos” destinada a jovens artistas, para o qual estão abertas candidaturas a 8 bolsas de estudo, 4 para Portugal e 4 para o Espado Espanhol, no âmbito do PAN XIII de Morille (Salamanca) e PAN I de Carviçais, nos dias 17 a 19 e 24 a 26 de julho.-----
- ✓ **Presidente da Direção do Nerba** – Veio convidar para a abertura oficial da 4.ª edição da Expo Trás-os-Montes no próximo dia 29.05.2015 pelas 18h00 no Centro de Exposições do Nerba, em Bragança.-----
- ✓ **Câmara Municipal de Torre de Moncorvo** - Envio da Minuta da Reunião de Câmara de 15 de Maio de 2015.-----
- ✓ **Joaquim Ramos Pinto** – Veio informar que ainda está a decorrer o período de inscrição no Curso de Design em Permacultura.-----
- ✓ **Global Colori** – Informa que no dia 22 de maio de 2015 é o Dia Internacional para a Diversidade Biológica Biodiversidade para um Desenvolvimento Sustentável.-----
- ✓ **Município de Bragança** – Dá conhecimento da moção “ Vespa das Galhas dos Castanheiros” que foi aprovada por unanimidade em reunião de Assembleia Municipal realizada em 30.04.2015.-----
- ✓ **Mafalda Sacchetti** – Envia uma proposta de espetáculo da peça “Maria Cheias de Graça”.-----
- ✓ **A Associação Nacional Municípios Portugueses** – Envia a Resolução do XXII Congresso da ANMP que se realizou nos dias 17 e 28 de março de 2015 em Troia.-----
- ✓ **Vanda Santos** – Os Serviços Técnicos de Manutenção de Equipamentos e de Ar Condicionado envia em anexo um folheto dos seus produtos no combate à Doença dos Legionários e a melhoria da qualidade do ar interior.-----
- ✓ **O Município de Torre de Moncorvo** - Envia o Edital relativo à alteração da data da reunião de câmara de 5 de junho de 2015 para o dia 8 de junho de 2015.-----
- ✓ **Boletim da Assembleia da Republica** – Vem informar das atividades de Junho de 2015.-----
- ✓ **Newsletter Dependências** – Informa sobre a possibilidade de receber todas as notícias de forma online.-----
- ✓ **Samuel Figueiredo** – Dá a conhecer os serviços de transcrição efetuados pela sua empresa a “ TranScript – Serviços de Transcrição”.-----
- ✓ **O Município de Torre de Moncorvo** - Envio da Minuta da Reunião de Câmara de 29 de Maio de 2015.-----
- ✓ **Plataforma de Compras Públicas acinGov** – Veio dar a conhecer a plataforma mais completa de contratação pública.-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Convoca o Presidente de Assembleia para estar presente na reunião do Conselho Municipal de Educação a realizar no dia 22 de junho de 2015 pelas 10 horas, no Salão Polivalente da Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo.-----
- ✓ **Luís Ricardo Ferreira** – Informa que não poderá estar presente na próxima reunião de Assembleia Municipal a realizar no dia 22 de junho de 2015.-----
- ✓ **António Alves Salema** – Informa que não poderá estar presente na próxima reunião de Assembleia Municipal a realizar no dia 22 de junho de 2015.-----

- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** - Envio da Minuta da Reunião de Câmara de 8 de Junho de 2015.-----
- ✓ **Teresa Fernandes** - Informa que a reunião do Conselho Municipal de Educação foi alterada do dia 22 de Junho para o dia 23 de Junho, pelas 10 horas no Salão Polivalente da Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo.-----
- ✓ **João Leonardo** - Informa que não poderá estar presente na próxima reunião de Assembleia Municipal a realizar no dia 22 de junho de 2015.-----

-----O Presidente de Mesa deu a conhecer a correspondência recebida entre a última sessão da Assembleia Municipal e a presente, registada sob os números 10 a 45, inclusive, da qual se elaborou um resumo da mesma distribuído antecipadamente a todos os deputados, informando que a mesma ficaria à disposição de quem pretendesse consultá-la, da qual constavam: -----

-----**A Assembleia tomou conhecimento.** -----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município. -----

1.3.1 Proposta de fusão das 3 CIM'S:-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Júlio Andrade** (PS), **António José Félix Salgado** (Coligação PSD/CDS), **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Peço ao Sr. António Júlio Andrade para apresentar a sua proposta que foi distribuída:-----

Proposta-----

“Julgo não errar afirmando que uma das primeiras leis promulgadas em Portugal e abrangendo a totalidade da população do território (cristãos e judeus) respeitou à divisão política e administrativa do país que ficou repartido por 7 regiões, uma das quais recebeu a designação de **Trá-los-Montes**, designação que, no mínimo, será tão antiga como a nacionalidade.-----
Igualmente primitiva e usada pelos nossos primeiros reis no quadro legislativo e cultural é o topónimo de **Além-Douro**. -----

E se a história definiu esta realidade é porque a geografia antes a criou. Trata-se, pois, de uma realidade indiscutível, como diria Miguel Torga.-----

Além-Douro é Trá-los-Montes e Trá-los-Montes não existe sem o Além-Douro.-----

Estranhamente, ao cabo de mais 8 séculos de história nacional, em nome da eficácia administrativa, um poder político (legítimo, é certo mas por natureza efémero) alterou esta realidade e procedeu à criação de 3 unidades político-administrativas, denominadas **Comunidades Intermunicipais**: CIM-Douro; CIM-Alto Trás-os-Montes e CIM – Alto Tâmega.—



Passados que são poucos anos de funcionamento, eu estou plenamente convencido que os objetivos de eficácia administrativa não foram conseguidos. Esta minha convicção é partilhada por muita gente, que disso me tenho apercebido.-----

Pelo contrário, os problemas derivados da divisão político-administrativa anterior agravaram-se e muitos dos laços de coesão territorial que existiam estão-se quebrando e com isso é a nossa própria identidade de Trasmontanos – Durienses que fica diminuída. Vejamos alguns exemplos, no que respeita ao concelho de Torre de Moncorvo, que integra a CIM-Douro:-----

- Em termos eleitorais, pertence ao círculo de Bragança!-----
- Em matérias referentes à justiça, integra a comarca de Bragança, ultimamente reorganizada!-----
- Na cobrança de impostos, a seção de Finanças está sob jurisdição da Direção de Bragança!-----
- No que respeita ao ministério da Administração Interna e às forças de segurança (GNR), está hierarquicamente dependente de Bragança!-----
- Em termos sanitários, pertence à Unidade de Saúde do Nordeste!-----
- Em questões de assistência social, trabalho e emprego, a ligação a Bragança mantém-se!-----
- No panorama escolar a superintendência cabe à Direção Regional sediada no Porto.-----
- Tal como em matéria de turismo, não obstante a uniformização sinalética de promoção da marca Douro ultimamente colocada.-----
- O mesmo no que respeita à Cultura, em determinados aspetos.-----

Sim: em termos de Cultura, deve dizer-se que todos os documentos de arquivo das repartições públicas do concelho e da própria Câmara Municipal devem ser encaminhados para o Arquivo de Bragança, que detém, inclusivamente a superintendência do Arquivo Histórico Municipal de Torre de Moncorvo!-----

- Em termos desportivos é quase ridícula a atual situação de federações sediadas aqui e acolá, disputando campeonatos com equipas do litoral, quase sempre em situação de inferioridade. Quanto desejaria que as equipas da minha terra disputassem um campeonato de Trás-os-Montes!-----

Afinal que ganhámos nós (e os outros) em termos de eficácia administrativa com a extinção dos Distritos e a criação das Comunidades Intermunicipais?-----

Que justificação pode ser apresentada para explicar o retalhamento da região de Trás-os-Montes e Alto Douro em 3 Comunidades?-----

Que utilidade tem para nós a CIM? Que lógica existe na ligação deste concelho à CIM-Douro?-
Como explicar o paradoxo de pertencermos a uma Comunidade e sermos representados na Assembleia da República por deputados eleitos por um círculo diferente?-----



Como podemos criar laços e fortalecer a nossa ligação a uma Comunidade se a quase totalidade dos serviços a que os cidadãos deste concelho têm de recorrer estão fora dessa mesma Comunidade?-----

Mas, se a atual divisão político-administrativa baseada nas 3 CIM'S é, em meu entender, estranha, inútil e mesmo paradoxal, tendo em conta a geografia, a história e a eficácia administrativa, imperioso se torna aprofundar os laços de coesão territorial, em defesa da nossa identidade Transmontana e Duriense, estabelecendo um quadro político-administrativo baseado na realidade indiscutível que é a região de Trás-os-Montes e Alto-Douro.-----

Considerando as razões apresentadas e outras que seria fastidioso enumerar, -----

Proponho que esta Assembleia se pronuncie contra a divisão de Trás-os-Montes e Alto-Douro, manifestando o seu desejo de fusão das 3 CIM'S existentes em uma única visando desde logo a criação de uma verdadeira Região Administrativa, a qual deverá ser referendada o mais breve possível e discutida na próxima campanha eleitoral para a Assembleia da República.-----

Mais proponho que desta deliberação se dê conhecimento a todas as Câmaras e Assembleias Municipais de Trás-os-Montes e Alto-Douro, bem como à Presidência da República, à Assembleia da República e ao Governo".-----

Torre de Moncorvo, 23 de Maio de 2015. Assinatura: António Júlio Andrade.-----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Muito bem. Ora, o Sr. Presidente, se me desse licença, algo que necessita alterar, que é o seguinte, e passo a ler – é quase ao fundo da página: “Em questões de assistência social...”, em questões de assistência social, a ligação a Bragança mantém-se, mas no que respeita a trabalho e emprego, este Concelho foi há pouco tempo colocado na dependência de Vila Real. Isto foi alterado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Pedia ao Sr. Deputado que nos fizesse chegar aos serviços da Assembleia a proposta, com a nova redação.-----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Não, eu não tenho mais a acrescentar, não preciso de dizer mais.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. deputado António Salgado tem a palavra.-----

-----**Deputado António José Félix Salgado:** Ora bem, eu não posso evidentemente concordar com isto, por um simples motivo: por exemplo, a CIM Douro são dezoito ou dezanove elementos. Para se entenderem e chegarem a um consenso, já é um problema; agora imagine ????. E além do mais, acho que eu era capaz de ser mais favorável, em vez de



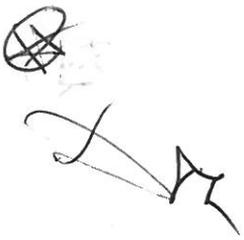
ser a fusão, dividir, por exemplo, a CIM Douro. Por exemplo, diga-me só uma coisa: esta divisão que está ??? salvar, digamos, ???. Por exemplo, o que é que nós estamos a ver ????. Eu acho que... eu não concordo minimamente com isso. ???, que abrange praticamente, neste caso, ??? devido à fusão das CIM's todas, e acho que ???.

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. deputado Luís João Fernandes Dias tem a palavra.

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** Eu também não concordo com a fusão, por diferentes razões. A Região Demarcada do Douro, temos há cinquenta anos esse mapa, sempre dividido em quatro distritos. Essa polarização de poder fez com que o Douro não se desenvolvesse como uma região política. ??? o exemplo da ???, depois de a democracia chegar a Espanha, criaram-se as regiões históricas, e criou-se ???, precisamente para promover a região do vinho. E ainda há os exemplos dos Ministérios que foram sedeados em Bragança, mas, por exemplo, o Ministério da Agricultura tem uma delegação no Douro. Eu acho que o Ministério da Agricultura é quem entende melhor o interior, e por isso, sou a favor de continuar como está.

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Sr. deputado António Júlio Andrade tem a palavra.

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Ora bom, eu creio que ninguém em Trás-os-Montes, de bom senso, pode concordar com a atual divisão. Ninguém. E depois, toda a gente sabe que esta divisão ficou assim feita porque em Bragança havia um Presidente da Câmara com muito prestígio, com muito poder, e não queria largar nada da mão dele; e que em Vila Real existiu um autarca na mesma. E toda a gente sabe que a Região do Douro foi criada, e aqui funciona essencialmente em função do eixo Lamego, Régua, e Vila Real. Mais nada; o resto é paisagem. O resto é paisagem. Agora, há contrassenso, e não são ocultados aqui; as próprias atas, as próprias atas em que nós decidirmos qualquer coisa, têm que ir ???. Quando passarem as atas para o arquivo, arquivo histórico, têm que ser repartidas de Bragança. Nós, em Moncorvo, temos o arquivo de Bragança, que é o proprietário do Arquivo Municipal de Moncorvo, que está aqui colocado, mas que pertence ao Arquivo Distrital de Bragança. Mas, tudo isto é um contrassenso. Agora, toda a gente sabe também que o Sr. Ministro Relvas quis fazer à força, e que incentivou a esquerda a votar a favor, porque senão já não lhes dava mais dinheiro. Toda a gente sabe que foi por causa disto. -----
Também creio que toda a gente está consciente de que a nossa votação aqui não vai decidir nada, não vai mandar fundir nada, não vai distribuir nada, não vai ter poder nenhum. Penso eu



que toda a gente sabe isso. Agora, o objetivo essencial e fundamental da apresentação desta proposta – pelo menos da minha parte – é este: é fazer com que chegue uma proposta deste género a todas as Assembleias Municipais e às Câmaras, e que as próprias Câmaras e Assembleias Municipais reflitam esta realidade, porque se as Câmaras e Assembleias Municipais da região de Trás-os-Montes realmente refletirem, todos os problemas ??? É incompreensível que Vila Flor pertença a Trás-os-Montes, e que Moncorvo pertença ao Douro. Há coisas inconcebíveis. Portanto, o objetivo essencial é que as Câmaras, Assembleias Municipais, as próprias CIM's – e eu proponho que seja enviada cópia às CIM's – reflitam sobre esta realidade; e os deputados, inclusivamente, vocês deviam fazer chegar aos vossos deputados essas preocupações. Não faz sentido elegermos um deputado pelo Distrito de Bragança, ou três ou quatro deputados pelo Distrito de Bragança, e não nos representarem ??? estarmos no Douro, sem representação nenhuma? Isto é, representação política.----- Podem dizer que o Douro é uma marca forte, sim senhor; é uma marca forte; mas, Trás-os-Montes também é uma marca forte. Mas nada, não há nenhuma comunidade, ??? o importante seria que nós tivéssemos, realmente, uma estrutura organizada – e se fosse eleita, tanto melhor – que era para ter força e para ter poder em Trás-os-Montes, para reforçar ??? . Esse é que é o problema. Tenho dito.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado António Andrade. Vou, então, pôr à votação a proposta apresentada pelo Sr. Deputado António Júlio Andrade.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou por **maioria**, com onze votos contra e três abstenções, **rejeitar** a proposta apresentada.-----

1.3.2 Proposta de entrega a empresa especializada em transcrição das atas da A.M:-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS), **António Júlio Andrade** (PS), **António José Félix Salgado** (Coligação PSD/CDS), **José Manuel Rodrigues Aires** (PS), **Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves** (Presidente da Câmara Municipal).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Não sei se o Sr. Presidente tem a proposta em concreto. Eu, de qualquer forma, sou parte interessada, obviamente, como todos nós. Chegou ao meu conhecimento, e do Sr. Presidente da Câmara, uma proposta de uma empresa de Lisboa, que faz, por um preço que me parece módico – mas, os Srs. Deputados melhor decidirão do que eu – a transcrição com redação clara do registo áudio das sessões de Assembleia. Dados os problemas que surgiram – quase diria que foi quase de propósito que o assunto apareceria – e



entendi que deveria propor à Câmara Municipal que pudéssemos pelo menos fazer uma experiência nesta Assembleia, e nas seguintes, caso houvesse um bom serviço, ou caso verificássemos que, efetivamente, o custo que se paga tem valor, e tem valor acrescentado. E como tal, ponho à discussão dos Srs. Deputados.-----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** Eu gostava que – acho muito bem que se ponha à experiência – gostava que nos facultasse depois um cálculo de quanto se está a gastar até agora, para depois comparar com o que se irá gastar com a empresa externa. Acho muito bem que se faça isto, por uma razão óbvia, que é ser uma entidade externa a organizar o processo, ficará idónea de qualquer associação a qualquer deputado ou deputada, ou ao Executivo. Mas, neste caso, a única coisa que interessa mesmo são os custos – quanto é que custa agora, e quanto é que irá custar.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra ao Sr. Deputado António Júlio Andrade.-----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Eu já sou velhinho, mas eu sou do tempo em que o Primeiro Secretário da Mesa tinha a terceira classe, e na altura, não era preciso funcionários da Câmara, nem outras entidades; era o homem da terceira classe que as fazia. Depois, evoluiu-se – claro, e acho muito bem – e passou a ser um funcionário da Câmara. Obviamente, eu voto contra, contra isto. Por quê? É o maior atestado de incompetência que se pode fazer aos funcionários da Câmara. Então, a Câmara de Moncorvo não tem um funcionário competente para fazer as atas da Assembleia Municipal? Tenho dito.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado António José Salgado, tem a palavra. -----

-----**Deputado António José Félix Salgado:** Ora bem, eu não ??? com isto, não sei custos. Só há uma coisa, que não sei se isto funciona em termos de horas, se é por Assembleia. -----

-----**O Presidente de Mesa:** É por hora.-----

-----**Deputado António José Félix Salgado:** Por hora? Se é por hora... Não, Sr. Presidente, é que, quando andei na faculdade, tive que transcrever, transcrever as falas que foram gravadas, e passá-las para papel. E posso-lhe dizer que uma aula de uma hora demorava entre quatro a cinco horas para ser transcrita.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Por hora de gravação, Sr. Deputado.-----

-----**Deputado António José Félix Salgado:** Por hora de gravação? Então, se é isso... E custos, já agora?-----

-----**O Presidente de Mesa:** Setenta euros (70€) por hora de gravação.-----

-----**Deputado António José Félix Salgado:** ??? uma Assembleia custa ??? euros. Nesse caso, concordo. Se é esse valor, pelo menos experimentalmente.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado, José Aires faça favor. -----

-----**Deputado José Manuel Rodrigues Aires:** Muito bom dia a todos. Sr. Presidente, relativamente a esta questão, como é lógico, eu apoio, até porque acho que, acima de tudo, parece-me que, à semelhança daquilo que tem a política deste Governo, parece-me que a Assembleia Municipal deve fazer o mesmo, que é desmobilizar os serviços públicos. A partir do momento em que temos um Quadro de funcionários – aliás, julgo eu ??? esse Quadro, e há um funcionário que está permanentemente a dar apoio a esta Assembleia – penso que não terá grande dificuldade, e temo-lo feito no passado com outros funcionários, até agora. E também devo dizer que até este mandato, não houve problemas de maior, e acho que neste mandato temos tido algum problema, não só na transcrição das atas, devido à qualidade do áudio – parece-me que é um problema técnico, que será necessário também ser esclarecido. Mas, acho, de todo, pouco razoável fazer-se a adjudicação de um serviço destes a uma empresa privada, uma vez que penso que o Quadro de Pessoal será suficiente. Penso que para redigir a ata, já existe a gravação áudio, e é basicamente a transcrição dessa gravação. Se até agora sempre foi feito, qual será a necessidade de agora estar a adjudicar esse serviço, ou entregar esse serviço a uma entidade privada. E depois, relativamente a este assunto, eu estou aqui, como o senhor sabe, na qualidade de suplente, já recebi os elementos e os documentos da Assembleia Municipal mais tarde – só tive acesso a eles na quinta-feira – mas, relativamente ao e-mail que esta empresa apresenta, quer dizer, nós vimos para aqui um bocado despreparados, porque não tem preço.-----

-----**O Presidente de Mesa:** São setenta euros (70€) por hora, preço que consta de um outro e-mail para o Sr. Presidente.-----

-----**Deputado José Manuel Rodrigues Aires:** Pronto, mas o que eu tenho é apenas uma empresa a promover os seus serviços. Depois, qual é que foi o estudo de mercado

relativamente a outras empresas – também não sei, não diz aqui, só aparece a proposta de uma. Pronto, mas a questão de fundo, para mim, é que relativamente a este tipo de serviço, pode ser feito internamente. Acho que não há necessidade de estarmos a ter uma despesa acrescida para fazer este tipo de serviço, e acho que existem pessoas competentes dentro da Autarquia, dentro dos Quadros da Autarquia, para executar este tipo de serviço. Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Queria só dar mais uma palavra: não se trata de serem competentes ou de não serem competentes. A Câmara Municipal – suponho eu que todos terão consciência disso – não tem funcionários a mais, não tem colaboradores a mais; provavelmente terá um défice de colaboradores. -----

Por outro lado, a forma como nós encaramos as novas tecnologias – pois, é verdade, Sr. Deputado, também antigamente havia telefonistas em todo o lado, e em qualquer pequena empresa havia uma telefonista no PBX, e hoje em dia, há inclusivamente, sistemas informáticos que permitem acabar com a central telefónica. Isso não é um processo, nem estamos a passar nenhum atestado de incompetência às telefonistas, que sempre fizeram um bom trabalho. Uma questão que foi colocada – e que eu não sei responder, Sr. Presidente, e peço-lhe a sua ajuda – Quanto é que custa, nesta altura, à Câmara Municipal, e se temos, efetivamente, alguém do Quadro a dar apoio à Assembleia Municipal. Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. Muito bom dia a todos. Respondendo diretamente a essa pergunta, não temos ninguém do Quadro, é a Dra. Lúcia que está a fazer. Como sabem, o funcionário que estava exclusivamente adstrito a essa função reformou-se, e portanto, nós não temos ninguém. Quem está a fazer é a Dra. Lúcia. Agora, permitam-me também dizer uma coisa, queria dizer algo sobre o procedimento: aqui, temos que ver se adjudicamos, ou se não adjudicamos; depois, vai-se fazer uma consulta ao mercado. Esta, sabemos quanto é que é; mas, a ideia era nos dar o valor em si, de quanto é que é, porque se a Assembleia, que é soberana, disser que não, pronto, vamos manter o procedimento. A Assembleia é que é soberana. Setenta euros (70€) à hora. Agora, se nós tivermos aqui setenta euros (70€) à hora, não sabemos quanto é que as outras empresas vão fazer; mas, a Assembleia tem de ser soberana para dizer como é que é. Quanto ao e-mail, o Sr. Deputado disse que o recebeu na quinta-feira...-----

-----**Deputado José Manuel Aires:** O que eu disse foi que recebi a documentação mais tarde, uma vez que sou suplente. Recebi na quinta-feira, o e-mail que já vinha juntamente com esta comunicação. -----

[Handwritten marks]



-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Mas, a documentação só foi na quinta?-----

-----**Deputado José Manuel Rodrigues Aires:** Não, deve ter sido antes. O que eu estou a dizer...-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** A sua documentação foi na quinta-feira. O regulamento diz que são quarenta e oito horas antes da Assembleia.-----

-----**Deputado José Manuel Rodrigues Aires:** O que eu estou a dizer aqui é que este e-mail não diz o preço.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Pronto, a questão é que se foi na quinta-feira, foi dentro do prazo. São quarenta e oito horas, como diz o regulamento. E tem sorte, porque se meteu o fim-de-semana. Portanto, tem tempo, quatro dias. Agora, a outra questão é procedimental. Como eu já disse, Sr. Deputado, é assim: se for decidido pela Assembleia que não se faz a adjudicação dos serviços, não vamos para o mercado saber que empresas é que há, e qual é o valor. As coisas têm que ser feitas desta forma, porque senão não estamos a fazer um jogo limpo com todos. Se decidirem, sim senhor, a Câmara tem dificuldades em fazer este serviço (tem), não tem os meios técnicos que hoje já existem (não tem) – e mais, e mais: eu entendo que, em termos de salvaguarda para todos, é uma empresa externa, fora do âmbito da Câmara Municipal, e eu acho que dessa forma também melhoráramos o serviço. Porque as pessoas, infelizmente, têm mais coisas para fazer, não se vão dedicar exclusivamente a esta função. E isso é uma vantagem. Agora, quem tem que decidir é a Assembleia. A Câmara, depois de saber – e para a própria Mesa da Assembleia fazer um estudo de mercado, apresenta as propostas que tiver; à Câmara, cabe depois cabimentar essa despesa. Mas, esse é um processo que não cabe ao Executivo; cabe à Assembleia Municipal, porque é para a vossa organização, e para a vossa funcionalidade.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito bem. Há segunda ronda de intervenções. Sr. Deputado Luís Miguel Meneses Macedo peço-lhe que seja breve.-----

-----**Deputado Luís Miguel Meneses Macedo:** Eu vou repetir, só para ficar em ata. Gostava que o Sr. Presidente me informasse – só uma ideia geral, não é preciso ser valores específicos – quanto custa neste momento. E acho que o tempo de adjudicação, quando se for anunciar, é pertinente não adjudicarmos o mandato todo; uma adjudicação curta para isto, para depois poder modificar, ter flexibilidade negocial.-----



-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Sr. Deputado José Aires tem a palavra.-----

-----**Deputado José Manuel Rodrigues Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Relativamente a esta questão, e na sequência do que eu estava a dizer, o que eu digo é: qual é que é aqui o cerne do problema? É uma questão técnica? É por uma questão do áudio? O áudio existe, como existia nas últimas Assembleias, cujas atas foram aprovadas, e foi a capacidade de alguém as transcrever. Primeiro, é um problema técnico do som, não é um problema técnico da transcrição da ata, ou de quem transcreve a ata. Esse é um primeiro ponto. Depois – e o Sr. Presidente já me esclareceu – visto que não há um funcionário adstrito à Assembleia, porque o último entretanto se reformou. Ok, não há possibilidade de, dentro do Quadro da Autarquia, ou recrutando alguém, haver um funcionário dedicado exclusivamente à Assembleia? Esta é uma questão: também não é essa uma prioridade para o Município? Relativamente – tal como o Sr. Presidente disse, e frisou aqui que sendo uma empresa externa, estariam garantidas outras condições. Portanto, eu não entendo o que é que quer dizer com isso; eu sempre achei que os funcionários do Município tinham capacidade, tanto nos mandatos anteriores, como neste, e tenho plena confiança, e acho que são capazes de desempenhar um bom trabalho. E era isso.-

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. António José Salgado, faça favor.--

-----**Deputado António José Félix Salgado:** Ora bem, eu, em princípio ??? valores ??? . Agora, o Sr. Presidente diz que um funcionário estava só dedicado à Assembleia – no mínimo ganha oitocentos (800€) ou novecentos euros (900€) por mês. Por mês, vezes catorze, dá para aí dez mil euros (10.000€), ou mais. Se nós temos quatro Assembleias por ano, quatro Assembleias por ano, se cada uma é setenta euros (70€) por hora de gravação, partindo do princípio de que cada uma tem quatro horas, são duzentos e oitenta euros (280€) por sessão, o que significa mil euros (1.000€). Estamos a poupar, ou estamos a gastar ??? custos. Isto será a primeira coisa. Em segundo lugar ??? . Agora, há sistemas evolutivos, como toda a gente sabe, neste momento há meios informáticos, em que o senhor está a falar, e o computador automaticamente transcreve. Agora, ??? acho que não. Acho que nós, como ainda há pouco ??? o preço base, já sabemos que mais do que isto não será, nem que se vá ao mercado, três propostas com valores superiores ??? . Perante isto, eu acho que não é mal nenhum, nem cai o céu aos bocados, por aprovarmos, precisamente – que tem que ser a nível experimental, também para ver a qualidade das atas. Mas, temos liberdade de a qualquer momento ??? . E por isso, eu voto a favor.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Antes de passar a palavra ao Sr. Presidente, eu gostaria de focar um ponto que o Sr. Deputado disse: é evidente que ninguém é mais competente que ninguém, em abstrato. E a questão que se coloca: só é possível empresas no mercado poderem fazer estes preços com recurso às novas tecnologias. E estas tecnologias não são baratas na sua aquisição; são baratas na sua utilização. E por isso, só é possível empresas destas fazerem isto, com estes custos, porque fazem este trabalho para várias entidades; porque se fosse para uma única entidade, nós podíamos, efetivamente, decidir não contratarmos, ou não colocarmos nenhum funcionário a cem por cento (100%) dedicado à Assembleia, e adquirirmos este software, mas isso ia ter custos muito mais elevados. Sr. Presidente tem a palavra.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Deputado, se alguém confia nos funcionários do Município sou eu. Não ponho ninguém de lado, continuam a trabalhar como querem, e posso dizer uma coisa: se não tivéssemos gasto fundos próprios da Câmara, na ordem dos três milhões de euros (3.000.000€), numa única associação, de certeza que tínhamos aqui este equipamento a pensar no Município. Infelizmente, houve outras prioridades. E três milhões de euros (3.000.000€) gastos numa única associação desportiva, tem que se lhe diga. Portanto, podíamos ficar só por aí. Mas, para dizer mais alguma coisa, posso-lhe dizer ainda: não temos, neste momento, nenhum funcionário que, com a exigência que nós queremos dar, e que o Sr. Presidente da Assembleia, e penso que todos os Srs. Deputados, querem dar às atas, e à transcrição, não temos. E não temos equipamento que nos possibilite isso. Agora, se os Srs. Deputados disserem o seguinte: "Vamos reprovar", obviamente continuamos a fazer o mesmo serviço. Agora, se temos condições para melhorar? Provavelmente não temos, até porque a sua ideia de recrutar pessoal, eu também concordo com isso. Infelizmente, deixaram-nos uma herança muito acima da possibilidade de endividamento, e então, não podemos recrutar ninguém. Temos que providenciar os estágios, e é o que há, e estamos a preparar alguém para, passado um ano, ter que ser outro. Esse é que é o grande problema. Estas heranças ???-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Vamos passar à votação. Quem vota contra a adjudicação destes serviços, faça favor. A proposta foi aprovada. Vamos passar à consulta ao mercado.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou por **maioria**, com doze votos contra e quatro abstenções, **aprovar** a proposta apresentada.-----



----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto os deputados **António Júlio Andrade** (PS), **António José Félix Salgado** (Coligação PSD/CDS) e **José Manuel Rodrigues Aires** (PS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos, então, passar para o Período da Ordem do Dia. Apreciação da atividade municipal e da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara. Vamos dar posse ao Conselho Municipal de Segurança.-----

-----**Manuel Camisa:** *“Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, compareceram os membros do Conselho Municipal de Segurança de Torre de Moncorvo, perante a Assembleia Municipal, para nos termos do art.º 9.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, tomarem posse.”*

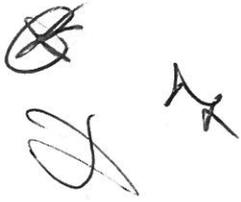
-----**A representante da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens:** Juro por minha honra desempenhar fielmente as funções em que fico investida.-----

-----**O representante das Associações ____:** Juro por minha honra desempenhar fielmente as funções em que fico investida.-----

-----**Manuel Camisa:** *Agora, vamos passar ao Conselho da Juventude.*-----

“Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, compareceram os membros do Conselho Municipal de Juventude de Torre de Moncorvo, perante a Assembleia Municipal, para nos termos do art.º 4.º da Lei n.º 8/2011, de 18 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro, tomarem posse, cuja composição é a seguinte: Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, representante do Clube Académico de Carviçais, representante da União Desportiva de Felgar, representante da Sociedade Filarmónica Felgareense, representante da Juventude Social-democrata da Concelhia de Torre de Moncorvo, representante da Juventude Socialista da Concelhia de Torre de Moncorvo, representante da Associação de Jovens Universitários de Torre de Moncorvo.” -----

Portanto, começo a chamar o Sr. Presidente da Câmara.-----





-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Juro por minha honra desempenhar fielmente as funções em que fico investido.-----

-----**O representante do Clube Académico de Carviçais:** Juro por minha honra desempenhar fielmente as funções em que fico investido.-----

-----**O representante da Juventude Social Democrata da Concelhia de Torre de Moncorvo:** Juro por minha honra desempenhar fielmente as funções em que fico investida.-----

-----**O representante da Juventude Socialista da Concelhia de Torre de Moncorvo:** Juro por minha honra desempenhar fielmente as funções em que fico investida.-----

-----**O representante da Associação de Jovens Universitários de Torre de Moncorvo:** Juro por minha honra desempenhar fielmente as funções em que fico investida.-----

-----**Manuel Camisa:** Após a posse, ficaram investidos de funções.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Camisa. Vamos continuar com a nossa Assembleia Municipal. Aos senhores que tomaram posse, quero dar-lhes os meus parabéns. Espero, e não duvido que cumprirão fielmente as funções em que foram investidos. Se quiserem continuar na Assembleia, temos todo o gosto em tê-los connosco. Vamos então continuar com a apreciação da atividade municipal, Sr. Deputado António Júlio Andrade faça favor.-----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Aqui há um ano, ouvi nesta Assembleia, nesta sala, discursos muito inflamados, e com propostas votadas quase por unanimidade. Eu até fiquei mal na fotografia, acho que fui o único membro que não votou a favor, ao menos nesta Bancada. Abstive-me à proposta para criação de um busto ao anterior Presidente da Câmara. Já passou um ano, não vejo busto nenhum. Gostaria de saber em que ponto está isso. E para não dar mais trabalho aos auditores, eu passo a entregar por escrito a minha intervenção.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado António Júlio Andrade. Sr. Deputado, António José Salgado, tem a palavra.-----



-----**Deputado António José Félix Salgado:** Sobre a intervenção do deputado António Júlio, e em relação ao que ele disse, é que para aí há seis anos, mais ou menos, o anterior Executivo aprovou por unanimidade a criação de um busto da Dra. Lourdes Girão, ????. São seis anos.----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Obrigado. Bem, eu vou dar aqui alguma ênfase à Informação escrita acerca da atividade municipal, uma vez que não estive presente nos assuntos de interesse municipal, onde devia ter sido colocada esta questão.-----

Realizaram-se, então, uma série de atividades, sendo que estamos a finalizar a maior parte dos projetos urbanos – refiro-me nomeadamente à implementação de todo o perímetro florestal da Serra do Reboredo; refiro-me também ao arrelvamento sintético e à cobertura de bancadas e balneários do Campo de Jogos Municipal Dr. Camilo Sobrinho. -----

Estamos também a ultimar a eficiência energética – e como podem ver, estamos a trabalhar nisso aqui nos Paços do Concelho já, porque esta segunda fase é para os edifícios públicos.----

E também dar-vos uma explicação – que não sei se foi dada – destes microfones que aqui estão. Em princípio, serão iguais a estes, que na próxima Assembleia Municipal estarão já prontos a trabalhar. Temos aqui um problema, porque estes microfones têm que funcionar com uma central telefónica própria, para ligar também aqui a uma central elétrica. Isso vai permitir-nos também a melhoria das gravações. E portanto, é por isso que eles aqui estão, e também para vos explicar o porquê destas obras que estão aqui na sede, nos Paços do Concelho.-----

Também para vos dizer que decorreu o mês de maio, foi candidatado o Parque Verde e Quinta da Judite, que tem como prioridade a recuperação, manutenção e conservação de património e paisagem, e também a criação de recursos ????. -----

Estamos também, juntamente com a Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, a proceder à eletrificação ???, e tivemos a aprovação do Programa Operacional Municipal ??? pela preservação e defesa da floresta contra incêndios. -----

Importante também a implementação do Projeto “Gestor de Família”, que é um programa oficial, em colaboração com a Fundação EDP.-----

E também a assinatura, que foi realizada, para a implementação da Unidade Móvel de Saúde.-- Alertou-se também para a prevenção dos maus tratos na infância, “O papel da Educação no Sistema de Proteção, onde estivemos com o Dr. Laborinho Lúcio.-----

E portanto, penso que é um trimestre onde envolvemos não só a parte do turismo, mas também com grande eficácia a parte da finalização dos projetos que enveredámos, e isto tendo em conta sempre que continuamos com a situação financeira a melhorar – neste momento,

temos um saldo no período de treze milhões, quatrocentos e setenta e seis mil euros (13.476.000€), e isso é para nós importantíssimo, porque poderíamos até – e se fosse hoje, no dia de hoje, já seriam menos trezentos e vinte mil euros (320.000€), porque foram feitos os pagamentos que tínhamos aqui aos fornecedores – o que quer dizer que, à situação de hoje, do dia de hoje, estamos aqui com treze milhões, cento e cinquenta e seis mil euros (13.156.000€). Com o decorrer das obras, as pavimentações que se estão a fazer, em colaboração com as Juntas, a colocação de cubos, e com a atividade que tem sido prosseguida, tenho que ressaltar, efetivamente, esta capacidade que se tem de se estar a reduzir a dívida significativamente.-----

Por último, o último ponto de que iria falar tem a ver com a implementação do Sistema de Avaliação e Critério – SIADAP, que está a decorrer. -----

E também teve lugar no sábado e domingo a comemoração do Solstício de verão – que o mês de junho foi dedicado ao ambiente e à ciência, onde tivemos aqui diversas atividades científicas e lúdicas também, que envolveram, de alguma forma, todo o Concelho.-----

Quanto às perguntas colocadas, começando pelo Sr. Deputado António Salgado, é verdade, há seis anos que se aguarda essa implementação, mas também foi criada uma Comissão para algumas verbas serem criadas, mas não sabemos, verdadeiramente, como é que isso está.-----

Mas, quanto à evocação do Sr. Eng.º Aires Ferreira, antigo Presidente da Câmara, vai ser feita a seu tempo, está já em estudo pelo Executivo, apresentá-lo-ei primeiro ao Executivo, e depois à Assembleia Municipal, como é óbvio. Mas, não está esquecido.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado, António Júlio Andrade. Faça favor.-----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Era só para recordar ao deputado António Salgado que a respeito do busto da Dra. Lourdes, quem questionou o anterior Presidente da Câmara sobre esse assunto, fui exatamente eu, se bem se recorda.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Deputado José Aires tem a palavra.-----

-----**Deputado José Manuel Rodrigues Aires:** Portanto, eu queria só – e uma vez que não tinha que estar, nem estava, em nenhum dos pontos da ordem de trabalhos a tomada de posse do Conselho Municipal da Juventude – em primeiro lugar, saudar, efetivamente, a sua afirmação e implementação, e desejar, acima de tudo, um bom trabalho a todos os que fazem parte, a todos os membros jovens de Partidos políticos. E também saudar, neste caso – não posso deixar de fazer essa referência – a Juventude Socialista, pela postura que tomou ao longo deste processo, que culmina também com esta implementação. Era só, obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito bem? Congratular a Câmara, porque durante oito anos se tentou de alguma forma implementar, e não se conseguiu, e foi este Executivo, em dois anos, que implementou o Conselho Municipal de Juventude.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **tomou conhecimento da informação escrita do Presidente da Câmara sobre a recente atividade municipal e financeira do Município.**-----

PONTO 2 — REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto os deputados **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS), **António Júlio Andrade** (PS), e **José Manuel Rodrigues Aires** (PS); -----

-----**O Presidente de Mesa:** A reorganização dos serviços, este é um assunto com alguma complexidade, e eu, pessoalmente, gostaria, antes de pedir ao Sr. Presidente que nos faça uma breve descrição, eu aqui estou, realmente, algo dividido: por um lado, ia pedir-lhe que seja breve, e por outro, sei que é um assunto que é delicado. -----

Relativamente ao que me diz respeito, eu acho que há alguns princípios de que não podemos abdicar – e aliás, eu não abduco – que é a legitimidade que a Câmara Municipal tem para gerir, regular, melhorar toda a estrutura camarária. Estou certo que esta Câmara, as anteriores, e as que hão - de vir, tudo farão, com lealdade para servir o interesse público, e estão, realmente, a fazer o melhor que sabem, e com a consciência de que é a melhor opção, quer para o público, quer neste caso também para os funcionários da Câmara Municipal. De qualquer forma, o que é pedido a esta Assembleia não é um juízo sobre a atividade da Câmara Municipal; é, neste caso concreto, se esta estrutura apresentada é a estrutura adequada, e se esta é a melhor forma de organizar os serviços municipais. Tenho a certeza de que não foi feito de ânimo leve, tenho a certeza de que houve um estudo aprofundado, e discussões aprofundadas sobre a matéria. Seria útil se, de alguma forma, houvesse eco dessas discussões na Assembleia Municipal. Pela minha parte – e enfim, peço desculpa de estar, de alguma forma, a puxar ao facto de alguma atividade que faço relativamente à questão da leitura – eu gostaria que o Sr. Presidente, de alguma forma, nos explicasse a razão de ser de os Serviços de Apoio ao Plano Nacional de Leitura não estarem na Unidade Orgânica da Ação Social, Cultural e de Educação,

entre outras explicações que entenda nos querer dar, muito obrigado. Tem a palavra, Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Portanto, eu peço ao Sr. Manuel Camisa para entregar a declaração de voto dos Vereadores do PS, que foi entregue na sexta-feira, e por lapso, não seguiu com esta ordem de trabalhos. De qualquer forma, entendo que devem ter conhecimento dela, para uma melhor apreciação, e por aí já podem ver os pontos que estiveram em discussão. Apesar de a ata da reunião também ainda não estar aprovada – onde será incluída essa declaração de voto – eu penso que pela transparência que deve ser exigida, gostaria que os Srs. Deputados tivessem conhecimento da declaração de voto, para também terem algum ponto de apoio, da posição dos Srs. Vereadores do PS.-----

Bom, dizer-vos o seguinte: este organograma, e esta reorganização dos serviços, para terem uma ideia, foi durante três sessões à Reunião de Câmara, com, obviamente, ajustamentos, com diversos pontos de vista. E no fundo, chegou-se a um entendimento, que não foi por unanimidade, mas houve aqui também muito trabalho dos Vereadores do Partido Socialista. Apesar de terem votado contra, houve aqui também muito trabalho e ajuda nesta leitura desta reestruturação dos serviços. Quero dizer-vos que, em termos de Unidades Orgânicas, são exatamente as mesmas que existiam no organograma anterior. A grande diferença – e eu depois vou pedir para ser fotocopiado também o que saiu em Diário da República, que não se consegue ver muito bem – o anterior tinha a Câmara Municipal (como é óbvio), depois o Presidente, e depois tinha o Gabinete de Apoio ao Presidente (tal qual como está); o Gabinete de Apoio ao Presidente terminava ali, sendo que saíam depois um Gabinete Técnico do Património e o Serviço Municipal da Proteção Civil. Eram as ligações que tinham. Nós aqui, para vermos a diferença, vamos ter a Câmara Municipal, o Presidente, o Gabinete de Apoio ao Presidente, e o Gabinete de Apoio à Vereação. Decorrente também da Lei que agora veio, o Gabinete de Apoio à Vereação passou a ter uma secretária única nesse próprio Gabinete, isto decorrente da proposta ????. E depois, tínhamos uma Divisão, uma Unidade Orgânica de 2.º grau, que era a Divisão Técnica, e que aqui se mantém como Unidade Orgânica de Obras e Serviços Urbanos; tínhamos uma Divisão, Unidade Orgânica de 2.º grau, que era a DAF – Divisão Administrativa e Financeira, que agora é Unidade Orgânica Administrativa Geral; e tínhamos uma Unidade Orgânica de 2.º grau, que era a DESC – que era a Divisão da Cultura, e que temos agora a Unidade Orgânica de Ação Social, Cultura e Educação – ou seja, mantiveram-se as três unidades. Depois, dependente da Divisão Técnica, há a Unidade Orgânica de 3.º grau – dependente da Divisão Técnica, que agora se chama Unidade Orgânica de Obras e Serviços Públicos, tínhamos só Unidade Orgânica de 3.º grau, que nunca foi implementada – pelo menos eu não tenho conhecimento dessa implementação, não sei quem era o coordenador de serviço desta Unidade Técnica Central – e tínhamos depois a Secção de

Apoio Administrativo. Neste momento, o que é que temos? Temos uma Subunidade Orgânica de Apoio Administrativo, e depois todos os setores que incluem a Unidade Orgânica de Obras e Serviços Públicos. Ou seja, quem vir este organograma sabe o que é que existe naquela Divisão, ao contrário do anterior, que tinha só estas duas Divisões, que era uma Secção, uma Unidade Técnica Central, e a Secção de Apoio Administrativo. Agora, temos esta subdivisão.--- Depois, na Unidade Orgânica de 2.º grau DESC, só tínhamos esta Unidade Orgânica de 2.º grau, não tínhamos mais subdivisão nenhuma. E nós incluímos aqui – o que é que existe, efetivamente, na ação social, cultura e educação? Existe um Serviço de Biblioteca, um Serviço de Apoio à Cultura, Serviços de Educação, Serviços de Ação Social, Habitação e Família. Está subdividido.-----

Por fim, a Unidade Orgânica Administrativa Geral, que na altura se chamava Divisão Administrativa e Financeira, e tinha Secção de Pessoal, Taxas, Licenças, e Funcionamento Geral; e depois, a Secção de Contabilidade. O que é que nós fizemos aqui? A Unidade Orgânica Administrativa Geral está subdividida em duas subunidades: a Subunidade Orgânica Administrativa, que tem os serviços de recursos humanos e os serviços de ??? Espaço do Cidadão; e a Subunidade Orgânica Financeira tem os serviços de aprovisionamento e contabilidade, e os serviços de mobilidade. No fundo, o que aqui está era já o que existia em termos práticos com os funcionários e os dois Coordenadores Técnicos – um nesta área administrativa, o Sr. Manuel Camisa, e outro mais para a área da contabilidade, o Sr. Joaquim Correia.-----

O que é que se criou aqui a mais? A Tesouraria, que aqui estava inserida na Contabilidade, e a Tesouraria, fruto também desta Lei, e da responsabilidade civil e criminal que existe, não entre todos os Vereadores, mas entre o Presidente e o Tesoureiro, tem que estar aqui dependente, tem que estar ligada à Unidade Orgânica Administrativa Geral, está dependente do próprio Presidente, porque a responsabilidade criminal é solidária, em determinados termos, entre o Tesoureiro e o Presidente da Câmara. Portanto, teria que estar aqui uma funcionalidade ligada. E depois, um dos pontos que o Vereador do PS vota contra é que todos estes serviços que estão no Serviço Municipal de Proteção Civil, Serviço Municipal de Veterinária, e por que é que nós decidimos colocar ali. No anterior, antes desta Divisão para os Vereadores, estavam dependentes, o Gabinete Técnico de Património e o Serviço Municipal de Proteção Civil, estavam dependentes diretamente do Presidente; agora, dependentes do Presidente e da Vereação, mas integrados nas respetivas Unidades Orgânicas, estão esses serviços todos que estão a azul, sendo que só dois é que são obrigatórios estar dependentes, que é o Serviço de Proteção Civil, e o Serviço Municipal de Veterinária. No anterior, uma que é obrigatório por Lei estar dependente, não existia, que era o Serviço Municipal de Veterinária. Não existia. Houve um lapso, não colocaram. Esses dois obrigatoriamente têm que estar cá; o resto é uma

reestruturação de serviços, que estão dependentes dos Chefes de Divisão, mas ao mesmo tempo da Vereação. E com isto, nós acreditamos que conseguimos, de alguma forma, que o tempo que muitas vezes não se consegue resolver certas situações, serão resolvidas desta forma, em termos de celeridade. -----

E respondendo já à pergunta do Sr. Presidente da Assembleia, o Serviço de Apoio ao Plano Nacional de Leitura está previsto no art.º 16.º da própria reorganização de serviços (como podem ver), que tem como grande “chapéu” o art.º 11.º, que é a Unidade Orgânica de Ação Social, Cultural e de Educação. É no 11.º que estão todos os serviços que estão integrados, nomeadamente o 16.º, sendo certo que, ao contrário do que existia, nós aqui, em todos os serviços que estão incluídos neste grande “chapéu” que é a Unidade Orgânica de Ação Social, Cultural e Educação, em que existe um Chefe de Divisão, tivemos a preocupação de dizer as competências de cada serviço, e não listar só as Unidades Orgânicas. Então, o que é que compete ao Serviço de Apoio ao Plano Nacional de Leitura, integrado nessa grande Divisão? Promover o livro e a leitura, organizar ações de leitura em colaboração com os estabelecimentos de ensino do Concelho, e colaborar na organização da Feira do Livro e no apoio à divulgação do lançamento de livros. O lançamento de livros também está na Biblioteca, e na Biblioteca, em que continua, através do art.º 11.º, a ter estes serviços todos. Aqui, a única coisa que tem é que também estão dependentes diretamente do Presidente – e dos Vereadores, obviamente – porque se há delegação de competências, nomeadamente no Gabinete Municipal de Veterinária, que está delegado na Vereadora Piedade, é ela que tem que tratar, obviamente, diretamente com a Sra. Veterinária. -----

No fundo, em vez de termos três grandes artigos, ou quatro grandes artigos, a partir deste regulamento, toda a gente sabe o que é que compete a cada serviço. O próprio munícipe sabe o que é que compete a cada serviço. E eu acho que isto é um passo em frente, porque sabemos o que podemos exigir e quem incumprir. E desta forma, penso que será mais fácil para todos. -----

Temos também uma das críticas do Partido Socialista, era os Serviços Jurídicos e Contraordenações. De facto, os Serviços Jurídicos e Contraordenações têm que ter definitivamente um gabinete próprio; não podemos ter Serviços Jurídicos e Contraordenações a trabalhar no Serviço Geral Administrativo. É contraproducente. Imaginem esta situação: um funcionário qualquer – neste mandato não houve, mas no anterior houve vários – onde foram levantados processos disciplinares; tem que ter algum espaço, como é óbvio, onde eles possam trabalhar, e só eles é que saibam, e não estar dependente do Coordenador Técnico. Isto parece-me óbvio. Parece-me óbvio, porque é um serviço dentro dos próprios serviços, que tem que atuar com a máxima independência. Portanto, tem toda a lógica, em vez de estar diluído, ou nem aparecer na Divisão Administrativa, ter um Gabinete onde nós saibamos com o



que é que podemos contar e onde nos dirigirmos, quer os funcionários, quer a população em geral. E daí a criação destes Serviços Jurídicos e Contraordenações. E todos os restantes, como podem ver, desde o art.º 14.º, são todos simplesmente descrições do que compete a cada serviço, mais nada. Em vez de dizermos só o que compete a cada Divisão, subdividimos – obviamente que isto deu muito mais trabalho, mas subdividimos para criar cada serviço com a sua competência e especialidade.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado Luís João Dias, faça favor.-----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** Em primeiro lugar, quero elogiar e agradecer o ato democrático do Sr. Presidente, de nos facultar a declaração de voto dos Vereadores do Partido Socialista. E queria também felicitar o Executivo, e os próprios Vereadores do Partido Socialista, por esta reorganização. Ainda bem que nos explicou como é que o antigo Executivo a tinha organizado, e pelo que me parece, achamos a seguinte organização piramidal por uma organização paralela. Essa organização é muito mais eficaz a nível de execução de todas as políticas que o Executivo decidir, e além disso, tira, digamos, da equação todo e qualquer ato técnico que se está a misturar a nível político. Por isso, e por outras razões, sou a favor desta reorganização. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Deputado António Júlio Andrade, por favor.-----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Naturalmente que a Câmara, as pessoas que foram eleitas para gerir os meios e os funcionários, é que sabem como é que hão de dispor melhor os recursos. Portanto, eu vou abster-me nisto. É natural – já agora, a minha opinião, se me permitem: eu, a respeito do ???, não sei, mas falo um bocadinho do que conheço, e não me passa pela cabeça a separação entre os Serviços de Apoio ao Plano Nacional de Leitura, ou da arqueologia, ou do arquivo, sobretudo, ou dos Serviços da Biblioteca e Cultura, não me passa pela cabeça o turismo sem cultura. O Sr. Presidente diz que tudo está integrado, será de acordo com o organograma. Se, por exemplo, o Chefe do Arquivo ??? Diretor dos Serviços, de acordo com o organograma, dá-me a impressão de que não colabora. Mas, como disse, os senhores foram eleitos para isso, devem gerir, e eu abstenho-me.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Sr. Deputado José Aires faça favor.-----

-----**Deputado José Manuel Rodrigues Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

Relativamente a esta questão, como disse o deputado António Júlio Andrade, obviamente será sempre uma das premissas deste Executivo, reorganizar os serviços da forma que melhor entender, desde que cumprindo os requisitos legais. Mas, de facto, não deixo de estranhar, não deixa de me gerar alguma confusão, esta criação de diversos serviços associados diretamente à Vereação e ao Gabinete do Presidente da Autarquia. É um bocado estranho ter um Serviço de Apoio ao Plano Nacional de Leitura, estando fora da Unidade Orgânica de Ação Social, Cultural e Educação. No caso dos Serviços Jurídicos e Contraordenações, o Sr. Presidente deu aqui uma explicação, falou na necessidade de ter um gabinete só para eles, enfim, um espaço reservado para desenvolverem a sua atividade. Mas, neste caso, presumo que a pessoa responsável, as pessoas que vão integrar este serviço, que trabalhem sob o “chapéu” – como foi aqui referido – da denominada Orgânica de Ação Social, Cultural e Educação, ou pelo menos partilham minimamente isso, e se isto, se não acha que, na realidade – não deve achar, porque dispôs desta maneira, mas a mim, como eu disse, custa-me compreender como é que isto é reorganizado desta forma, sendo que, trabalhando com uma Chefe de Divisão da Unidade Orgânica da Ação Social, Cultural e Educacional, depois será, em última análise, a Vereação e o Sr. Presidente a lidar diretamente com esse serviço, como aqui também no caso de outros serviços. E como foi referido, e bem, na declaração de voto dos Vereadores do Partido Socialista, a criação de Subunidades Orgânicas Administrativas, parte-se do princípio também de que essas Unidades Orgânicas já tenham funcionários administrativos, e acho que é uma pormenorização, se calhar, excessiva, obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Depois da distribuição do organograma, Sr. Deputado Luís João pretende fazer uma intervenção. Faça favor.-----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** Mais uma vez, volto a referir que uma organização paralela é muito mais eficiente a nível de fluxo de trabalho do que uma organização piramidal. A antiga era piramidal; na nova que temos, mantemos estrutura piramidal, e acrescenta uma organização paralela. E além disso, define muito mais em pormenor quais as diferentes secções. Mais uma vez, tenho a agradecer ao Executivo pelo bom trabalho que foi feito.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Eu acho que já viram o organograma que foi publicado no Diário da República, que era o que funcionava nos serviços. Comparar uma coisa com a outra, quer dizer, o anterior deixava uma discricionariedade, que ninguém sabia quem é que pertencia a quem, e que serviços existiam na Câmara. Se olharem para isto, alguém consegue dizer que

serviços é que existem na Câmara? E depois, havia este género de responsabilidade ??? . Pelo menos assim nós sabemos onde é que está. Não levo a peito, e até, se calhar, aceito que pudesse existir – e proponho assim – aqui o que está descrito no art.º 11.º, pudesse ter aqui uma interligação, aqui para este lado. Porque, por exemplo, é o mesmo que se fez aqui com a ??? . Até penso que poderia ser desta forma. Agora, Sr. Deputado, há críticas que eu não lhe posso aceitar. Legal? Legal, é, senão não tínhamos feito. Agora, nós temos duas coisas que têm que ser legais, que é a Proteção Civil e o Gabinete Municipal de Veterinária, que não pode estar integrado na mesma Unidade; tem que ser diferente, e tem que estar dependente do Presidente da Câmara Municipal. Agora, repare uma coisa, vamos ao anterior: os outros que estavam dependentes eram o Gabinete Técnico de Património – não sei por quê, não sei, o Gabinete Técnico de Património, não sei por que é que estava dependente do Presidente da Câmara, não cabe na cabeça de ninguém (essa é que não cabe) – e o Serviço Municipal de Proteção Civil. E depois, o Gabinete de Veterinária, que é obrigatório por Lei estar, não está; nem aparece. Isto é que estava ilegal. Agora, isto não existindo aqui, é muito mais fácil para o Executivo pôr e dispor do que quiser. Agora, estando aqui, nós não podemos fugir ao que está escrito. As competências são estas, e cada um sabe o que tem de fazer. E eu acho que para o cidadão é muito útil, e para os serviços também, porque sabemos a competência de cada um.-- Agora, o legal, o cerne da questão, são só dois pontos, que é a Proteção Civil e a Veterinária, porque o resto já é o que nós entendemos que pode favorecer o funcionamento da organização. Agora, em vez de dizermos o que é que a Unidade Orgânica Administrativa Geral fazia e faz, a Unidade de Património e Serviços Urbanos, e o que a Unidade Orgânica de Ação Social, Cultura e Educação faziam, isso é que não pode... deixarmos ali um grande “chapéu”, como temos no art.º 11.º, e depois não dizíamos mais nada sobre os outros serviços. Era muito mais fácil, e em vez de três sessões da Câmara Municipal, tínhamos isto em uma. Agora, eu percebo a declaração de voto dos Vereadores do Partido Socialista, eu percebo. O único fincapé é na dissolução, no fundo, de uma grande área da Unidade Técnica de Património, que deixou de ter o ambiente e as florestas dependentes dela, e passam a ter um Chefe de Divisão a coordenar – porque não nos podemos esquecer de uma coisa: é que antes deste, deste que foi aprovado em 2013, a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo não tinha só dois Chefes de Divisão; tinha um Diretor de Departamento, e tinha quatro Chefes de Divisão, a saber, a Dra. Helena Pontes, a Arq.ª Ana Rodrigues, a Dra. Teresa Lisboa, e depois ainda tinha como Chefe de Divisão o Arq.º Mascarenhas. Com a nova Lei, passámos a ter só dois Chefes de Divisão – ou três, visto que mantivemos o Diretor de Departamento. Portanto, era óbvio que, estando a Dra. Teresa Lisboa na Ação Social, deveria ser integrada nesta Unidade Orgânica como Chefe de Divisão. Na altura, foram escolhidos para se manter como Chefes de Divisão, se bem se recordam, a Dra. Helena Pontes, o Eng.º ??? e a Dra. ??? . Todos os outros foram retirados

dessa funcionalidade. O que nós passámos para o papel, no fundo, foi exatamente isso. Agora, não tem cabimento a Unidade Técnica de Património estar aqui dependente do Presidente, quando temos uma Unidade, que é a Unidade Orgânica de Obras e Serviços Urbanos. Como não tem lógica nenhuma não existir no organograma a Veterinária, que é obrigatório por Lei.----
Portanto, eu continuo a dizer: estar aqui esta ligação até vai mais ao acordo, se calhar, do que diz o art.º 11.º, com o grande “chapéu” a chamar-se Unidade Orgânica de Ação Social, Cultura e Educação, mas o resto é a descrição dos serviços que existem na Câmara, e nada mais. Portanto, a orgânica manteve-se; na Unidade Orgânica Administrativa Geral é que ainda não temos Chefe de Divisão. Não temos Chefe de Divisão ??? ainda não se fez concurso, até por diversas situações, nomeadamente não podemos aumentar a massa salarial. Mas, tudo o resto é uma descrição só dos serviços, mais nada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Relativamente a isso, eu só gostaria de acrescentar o seguinte – evidentemente a título pessoal: é que qualquer de nós... Sr. Deputado, faça favor, tem um minuto.-----

-----**Deputado José Manuel Rodrigues Aires:** Portanto, eu só queria acrescentar que não disse que este organograma fosse ilegal, antes pelo contrário – e não é a mim que me compete, ou não, saber se ele é legal, ou não, porque não tenho esses conhecimentos profundos da Legislação, para saber se é, ou não. Sei, precisamente – e acho que a declaração de voto do Partido Socialista entregue hoje também diz isso: os únicos dois serviços que têm que obrigatoriamente estar adstritos ao Gabinete da Presidência são o Serviço Municipal de Proteção Civil e os Serviços Municipais de Veterinária. E por outro lado, concordo com esta solução que o Sr. Presidente fez, de integrar alguns destes serviços, ??? a Unidade Orgânica de Ação Social, Cultural e Educação. Agora, relativamente ao passado, também lhe lembro que, na altura, o senhor era Vereador da Oposição, e se achava que não estava bem, devia ter contestado. Portanto, na altura não tinha qualquer responsabilidade política, é só para ficar esclarecido.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, obrigado. Vamos passar à votação. De qualquer forma, não posso deixar de referir que o que nos é pedido é um voto em consciência, daquilo que está aqui; e eu, em consciência, não posso deixar de proferir, ou de relevar o papel que a Dra. Helena Pontes tem tido, quer no Município, sobretudo precisamente na organização e no apoio a divulgação de lançamento de livros. Acho que esta função, seria importante que a Sra. Dra. Helena Pontes continuasse a ter um papel de relevo na sua divulgação. E por isso, eu não quero, de forma nenhuma, da minha parte, contrariar aquilo que é o legítimo exercício do Executivo – e portanto, nunca votaria contra esta reorganização, mas vou abster-me.-----



-----**O Presidente da Câmara:** ??? tem toda a razão, estava cá, é só ler a declaração de voto, é fácil. Digo-lhe é que esta forma é legal; a anterior, não era, se calhar por lapso, porque faltava esse serviço. Quanto ao trabalho exercido pelos funcionários: não são os funcionários que estão em questão, e muito menos a Dra. Helena Pontes, que acabou de ser promovida como Chefe de Divisão. E portanto, se eu entendesse, ou se o Executivo entendesse que não estava a fazer um trabalho meritório, certamente não teria sido reconduzida. Tenho grandes dúvidas é que, se fosse a mesma situação noutros tempos, houvesse a recondução.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Vou, então, pôr à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por maioria**, com catorze votos a favor, três votos contra e sete abstenções **aprovar a “Reorganização dos Serviços”**.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

PONTO 3 — FUNDO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS.

-----Não houve intervenções. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito rapidamente, Sr. Presidente. Este Fundo de Eficiência Energética foi aquele contrato que nós aprovámos com a CIM Douro, e com a nova previsão de encargos financeiros por vários anos, tem que vir à Assembleia Municipal – como, aliás, nós já entendíamos, o Sr. Presidente da Assembleia também já entendia. Houve outros Municípios que assim não o entenderam; regressou à CIM, para os dezanove Municípios voltarem a trazer isto à Assembleia Municipal. Quer dizer que nós já votámos isto, aqui em Assembleia Municipal; mas, como regressou à CIM, vamos fazer exatamente aquilo que fizemos na anterior.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, deliberou **por maioria**, com vinte e três votos a favor e uma abstenções aprovar as minutas e autorizar a **“Repartição de Encargos e**

assunção de compromissos futuros, referentes aos anos de 2016 a 2020” no montante de 19.300,94€ por ano. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 4 — RECOLHA DE ÓLEOS ALIMENTARES USADOS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS.-

----- Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **José Manuel Rodrigues Aires** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.-----

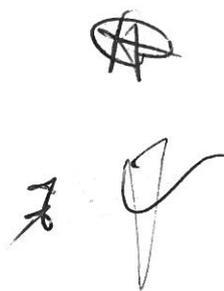
-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado, Sr. Presidente. A recolha de óleos alimentares usados vem do anterior mandato, e na altura entendia-se que tínhamos que delegar na nossa Associação de Municípios – neste caso, Associação de Municípios do Douro Superior – e a Associação de Municípios do Douro Superior é que contratava o serviço de recolha de óleos alimentares. Nós fomos o primeiro Município – quero dizer-vos – no anterior mandato, a cumprirmos a Lei nesse aspeto. Entretanto, houve uma alteração, porque a grande parte dos Municípios a nível nacional não estava a delegar estas funções desta forma; estavam a delegar diretamente à entidade. E portanto, com a alteração que houve, passaram a delegar diretamente, os Municípios que fazem parte da Douro Superior, à Resíduos do Nordeste. E neste momento, o que nós temos de fazer é delegar na Resíduos do Nordeste, porque foi quem ficou com a recolha dos óleos alimentares, que já está a ser feita no nosso Concelho, por essa mesma empresa.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Manuel Aires tem a palavra.-----

-----**Deputado José Manuel Rodrigues Aires:** Portanto, relativamente a esta questão, da recolha dos óleos, só queria saber se, efetivamente, o tratamento desses resíduos resulta numa mais valia, e se depois essa mais valia é distribuída pelos associados da Resíduos do Nordeste.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado Sr. Deputado. Faça favor Sr. Presidente da Câmara Municipal.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Sr. Deputado, eu não lhe sei dizer no que é que resulta; sei que a empresa Resíduos do Nordeste vem fazer essa recolha. Não lhe sei dizer quanto é que é o montante que disso resulta, não se traduz em nenhum benefício para a Câmara; nós somos



simples parceiros, neste momento, para termos mais um serviço no nosso Concelho, que é feito pela Resíduos do Nordeste.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor Sr.^a Vereadora Maria Piedade Meneses.-----

-----**A Vereadora Piedade Meneses:** O que podemos dizer é que a Resíduos do Nordeste tem mais esta atividade em termos de promoção do ambiente, de defesa do ambiente. Isto é, é ao contrário: o serviço é gratuito, e tem-se uma mais-valia ambiental. Funciona assim.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sra. Vereadora. Acho que essa informação foi muito útil. Vamos pôr à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com vinte e três votos a favor e uma abstenção aprovar a **Delegação de Competências, para a Recolha de Óleos Alimentares Usados na empresa “Resíduos do Nordeste”**.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

PONTO 5 — REGULAMENTO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO CONCELHO DE TORRE DE MONCORVO. -----

----- Inscreveu-se para intervir neste ponto os deputados **José Manuel Rodrigues Aires** (PS), **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS) e **Luís Miguel Meneses Macedo** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Obrigado, Sr. Presidente. Este regulamento é só para conseguir, à luz das novas normas que existem, legalizarmos o que já existia desde a década de noventa – ou seja, já tinham passado mais de vinte anos – também com algumas alterações decorrentes da própria Lei, com algumas alterações que vieram atribuir aos Municípios competências que não tinham e que não estavam no anterior regulamento. E dessa forma é transpor para o Regulamento Municipal as disposições legais que estão em vigor relativamente a isto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Faça favor Sr. Deputado José Aires. -----

-----**Deputado José Manuel Rodrigues Aires:** Sr. Presidente, relativamente a este ponto, eu ponho uma questão, que é: ainda há pouco tempo, em conversa com ???, soube que ??? trânsito nas ruas, nas artérias, na Avenida Vasco da Gama, e o sentido do trânsito agora faz-se no mesmo sentido, e era para saber... pronto, você diz que tem que se adaptar o Regulamento de Trânsito às normas em vigor, e por que é que não esperou, para tomar esta decisão, depois de ouvir este tal Conselho, e avança com esta decisão, e sem ouvir a população e os comerciantes em causa antes de tomar esta decisão. Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Faça favor Sr. Deputado Luís João Dias. -----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** Muitos dos assuntos a ver com o trânsito, já se começaram a discutir na Comissão de Segurança. Eu gostava que me explicassem depois como é que vamos definir, portanto, o que é que é segurança, e o que é que é trânsito. Já agora, na altura votou-se que a Comissão de Segurança iria reunir sempre que haja uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, e se calhar, sendo assim, essa Comissão irá ter menos poderes – porque na altura não se sabia que iria ser criada esta Comissão de Trânsito. Sendo assim, se calhar, valia a pena voltar a reestruturar e reunir menos vezes.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Não sei se isso não poderá ser tratado conjuntamente com o ponto seguinte. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Sr. Deputado, esse é um daqueles assuntos que ??? análise. O que lhe quero dizer é que foi votado, na altura, pelo órgão competente, que é a Câmara Municipal. O que aqui estamos a fazer é... estamos a falar de duas coisas: o Regulamento de Trânsito é da década de noventa; e aqui é o Regulamento da Comissão Municipal de Trânsito. Ou seja, uma Comissão que nunca existiu, e que também devia ser obrigatório existir. Todos esses assuntos, obviamente, no que ao trânsito respeita, neste momento terão que ir a esta Comissão, mas que nunca existiu. Era feito por posturas, era feito por um regulamento da década de noventa, que ia só à Reunião de Câmara, e na Reunião de Câmara é que se resolvia o assunto. Agora, o que queremos fazer é exatamente o contrário: termos uma Comissão Municipal de Trânsito – como temos também uma Comissão Municipal de Toponímia – que é para as soluções passarem também por essas Comissões. Neste momento, o que estamos a criar é uma Comissão Municipal de Trânsito. No que respeita à pergunta do Sr. Deputado Luís João, não tem a ver uma coisa com a outra; o Conselho de Segurança é muito mais amplo do que o trânsito. O trânsito também tem alguns problemas, como nós temos



verificado, mas não tem só a ver com o trânsito. Eu acho que a deliberação que esse Conselho tomou, acho que... Mas, como diz o Sr. Presidente, no próximo ponto falaremos sobre isso.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Miguel Meneses Macedo, faça favor.-----

-----**Deputado Luís Miguel Meneses Macedo:** Em relação à Comissão de Toponímia, já existia, reuníamos, e agora queria saber se vai ser ??? de novo, se vai continuar a haver reuniões. É porque ??? para ter iniciativa ??? e de futuro iremos ter reuniões ???. Obrigado.----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com vinte e dois votos a favor e duas abstenções aprovar o “**Regulamento da Comissão Municipal de Trânsito do Concelho de Torre de Moncorvo**”.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

PONTO 6 — APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA. ----

----- Inscreveu-se para intervir neste ponto os deputados **José Manuel Rodrigues Aires** (PS) e **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.-----

-----**O Presidente da Câmara:** ??? aprovada a instalação da Comissão. Na próxima sessão de Assembleia, vamos esquecer um bocadinho ??? dois cidadãos indicados pela Assembleia Municipal. Tirando essa situação, aqui no Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, após ter reunido na primeira sessão, foi feita uma proposta, que é: depois de serem aprovados todos, ??? Conselho Municipal ??? para a Câmara Municipal, para a Assembleia Municipal, com conhecimento às autoridades de segurança com competência no território municipal. E outra das alterações foi também que deveria haver ??? periodicidade desses mesmos pareceres. E a periodicidade que os membros do Conselho de Segurança votaram foi reunir sempre antes da Assembleia Municipal – o que tem lógica, porque dessa forma poderemos incluir também nas próprias Assembleias Municipais (e não esperar por outras Assembleias) alguma situação que seja premente, em termos de segurança, para o Concelho.-----



-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Faça favor Sr. Deputado José Aires. -----

-----**Deputado José Manuel Rodrigues Aires:** Relativamente a este assunto, não tenho nada a dizer, obviamente, sobre o Regulamento; pedia só, sendo possível, uma vez que este Regulamento já veio a esta Assembleia Municipal, e quando se tratarem de alterações, que pudessem elas estar destacadas, para não estarmos a ler o Regulamento repetidamente. Se os serviços puderem fazer isso... Era só.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Faça favor Sr. Deputado Luís João Dias. -----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** Agradecer a disponibilidade do Sr. Presidente, por ter explicado que é muito mais vantajoso a reunião ser feita sempre que haja uma Reunião Ordinária da Assembleia Municipal. Mas, nós, presentes naquela Comissão, não sabíamos, quando votámos, que ia haver a de trânsito, e ocupámos grande parte do nosso tempo a discutir questões de trânsito. E era só nessa gestão de recursos que não sei se valeria a pena, na próxima Comissão de Segurança, repensar.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com vinte e três votos a favor e uma abstenção aprovar o "**Regulamento do Conselho Municipal de Segurança**".-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

PONTO 7 — CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS. -----

----- Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **António José Félix Salgado** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Bom, com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, os Executivos têm de trazer à Assembleia Municipal, quer a Prestação de Contas, em abril, quer a



Consolidação de Contas, em junho. Eu vou dar-vos mais ou menos as entidades societárias participadas pela Câmara Municipal, e ia pedir para fotocopiar ??? para, de alguma forma, ??? nesta Assembleia. ??? Trás-os-Montes e Alto Douro, temos uma participação de 0,06%; ??? uma participação de 4,55%, ??? do Douro, uma participação de ???. De realçar que depois temos entidades não societárias participadas, que é a AEDouro, Agência Geral de Energia do Douro, ???; a Associação de Desenvolvimento do Douro Superior ???; a Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto do Douro, igual; a Associação de Municípios do Baixo Tâmega, não se paga quota; Associação de Municípios do Douro Superior, aqui assim, temos uma quota de seis mil euros (6.000€); Associação de Municípios do Vale do Douro, não se paga quota; Associação Nacional de Municípios Portugueses, temos uma quota de quatro mil, setecentos e cinquenta e seis euros (4.756€), que corresponde a 0,47%; Associação Portuguesa ??? temos uma quota, de 0,016%; Entidade Regional do Turismo do Porto e Norte, não temos percentagem de quota; na Fundação Museu do Douro, temos 0,74%; não temos quota na Territórios do Côa; não temos quota no Turismo do ???. Ou seja, são estas as entidades societárias participadas, e as entidades não societárias participadas. Eu pedia, se fosse possível, para tirar fotocópias desta informação para os Srs. Deputados. E portanto, nas entidades, depois há aqui entidades que são consignantess, nomeadamente as ??? de Trás-os-Montes e Alto Douro também são ??? com o Município de Torre de Moncorvo. Até ao momento – e nós temos que ter essa informação – foi pedida àquela em que temos vinte por cento (20%) para, digamos, todas as contas. Se bem se recordam, esta é a sociedade em que a Câmara já tentou vender a sua participação, e com a qual eu continuo a achar que não devemos estar. Mas isso, continuo a pensar, e já pensaram há uns anos atrás. Até ao momento, ainda não nos foi enviada essa informação. Está pedida, e é isso que está aí. É essa consolidação que nós não conseguimos fazer se não nos enviaram as contas. Tão simples quanto isto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, relativamente a isso, como sabe, é algo que me tem preocupado, e dependendo da Consolidação de Contas estar concluída devem vir à Assembleia. Todas as instituições participadas pela Câmara prestam contas, e devem vir à Assembleia, em cumprimento do que diz a Lei n.º 75/2013, no seu art.º 25.º, ponto 2, alínea a): “Compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local, bem como apreciar a execução dos contratos de delegação de competências previstos na alínea k) do número anterior.” Relativamente à CIM, é poder desta Assembleia, se assim o entender, convocar a Comissão Técnica da CIM para nos vir prestar contas daquilo que é feito. E depois, sobre as outras CIM's, acho que poderia ser de alguma utilidade – e eu gostaria inclusivamente que fosse colocado isto, informalmente, pelos Srs. Deputados, para saber se acham que é útil que se convoque a CIM Douro, para vir cá

explicar-nos o que é que faz para Torre de Moncorvo, o que é que Moncorvo ganha estando na CIM Douro, até para podermos fazer um juízo maior e mais valorizado. Obviamente, não havendo cumprimento do que está determinado na Lei, eu, sendo responsável, como sabe, pela execução e pela legalidade dos trabalhos da Assembleia. Como não há documentação aqui que permita cumprir com o requisito legal, obviamente eu terei que fazer aquilo que está nas minhas competências. -----

Tem a palavra o Sr. Deputado António José Salgado.-----

-----**Deputado António José Félix Salgado:** Sr. Presidente, só duas perguntas. ??? no fim do mandato anterior, ??? precisamente pelo ???. Gostava que me explicasse por que é que não foi vendida. E em segundo lugar, quem é que, neste momento, está a representar a Câmara, quem está a representar a Câmara precisamente ???. E era só. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Sr. Presidente, concordo integralmente consigo, acho que na próxima Assembleia, o Secretariado Técnico da CIM poderiam vir aqui prestar esclarecimentos, e eu não digo só da CIM, até vou mais longe, a Associação de Municípios do Douro Superior também tem um Secretário Técnico, a Associação de Municípios do Baixo Sabor, que é daquelas, mesmo assim, com mais impacto e importância para... Mas, isso é uma situação que, como o Sr. Presidente disse, e muito bem, transcreve do próprio artigo da Lei; outra coisa é a Consolidação de Contas que é obrigatório fazer. E como não temos, a culpa não é nossa, que a pedimos. Nós, o que temos que dizer, e assumimos, sem querer apontar ninguém, é que não foi possível consolidar estas contas com estas entidades, porque não recebemos da parte delas o que quer que seja. E eles não de nos responder. Agora, os serviços depois, na próxima Assembleia, se fizerem favor ??? da resposta destas entidades. Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** A Assembleia queria que fosse enviado imediatamente... Sim, não só a Assembleia, como o Presidente, pede a maior urgência. Muito obrigado.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Efetivamente, nós deliberámos que seria vendida a quota. Tive uma reunião com a Administração da sociedade, foi feita uma proposta para a venda dessa mesma quota, estamos à espera de uma Assembleia, e ainda não estive, nem os serviços. Ainda hoje tive oportunidade de ir, juntamente com um colaborador técnico, para saber se já tínhamos sido notificados para alguma Assembleia – porque parece que já houve – e até ao momento ainda não fomos notificados para nenhuma Assembleia. Agora, pronto, não fomos notificados, estamos a aguardar para se proceder a essa alienação, que não sendo, na última reunião, por unanimidade dos Vereadores, ficaram os serviços da Câmara de notificar os



responsáveis para proceder, quer ao envio das contas, sob pena de irmos recorrer ao Ministério Público, e também será feita de uma forma extraordinária um pedido de convocação da Assembleia, pela própria Câmara Municipal. ???.

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado António José Salgado.-----

-----**Deputado António José Félix Salgado:** Desculpe lá, tanto quanto eu sei, eu lembro-me que tinha ficado decidido prescindir da quota pelos valores em dívida. E tanto quanto eu sei, posteriormente, nas nossas costas, foi feito o pagamento. É isso que tem que ser esclarecido. E foi por isso que não foi vendida a quota, precisamente. Portanto, é isso que tem que ser esclarecido, e que a maior parte das pessoas não sabe.

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Penso que isto é uma questão relevante, e peço ao Sr. Presidente da Câmara que faça uma informação escrita à Assembleia sobre este assunto. Se quiser, pode esclarecer, mas acho que era bom que ficasse registado.--

-----**O Presidente da Câmara:** É muito rápido. O Sr. Deputado António Salgado está a falar desse, que tem a ver com o mandato passado, e que foi feito um apuramento da dívida, e de quanto é que seria o valor da dívida, nomeadamente pelo preço das quotas, em termos de aquisição primária, e também com os suprimentos que a Câmara tivesse feito. Havia também dívidas que a Câmara tinha para com a sociedade, em algumas obras, tal que, posteriormente, ainda pelo anterior Executivo, foram pagas. E isso fez com que todas as contas que tinham ido a Reunião de Câmara, e para pagamento, não foi feito esse pagamento, e não conseguimos ainda fazer esse acordo. Posteriormente, mantém-se válida a deliberação para a venda da nossa participação, pelos valores – conforme diz a própria deliberação, está aí o valor da entrada inicial. E é essa a situação. Agora, o que complicou isto, certamente – e como diz o Sr. Deputado – foi que foi pago um montante sem saber. Mas, isto aconteceu aqui, como aconteceu agora, nos últimos tempos, com o Centro de Saúde: tínhamos uma ação em tribunal onde se pedia noventa e cinco mil euros (95.000€), e quando íamos para o julgamento, aparece um papel a dizer que, em setembro de 2013, a Câmara pagou, sem a deliberação, sete mil euros (7.000€). Ora, o nosso advogado chegou aqui, viu aquela coisa, e se pagámos é porque aceitámos que devíamos. O restante valor foi depois... em vez de pagarmos a totalidade, fez-se um acordo ??? dez mil euros (10.000€), que já não tínhamos hipótese de dizer nada. Mas isso, ???.

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal tomou conhecimento da “Consolidação de Contas”.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 8 — ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO GERAL DE TAXAS MUNICIPAIS. -----

----- Não houve intervenções.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Aqui temos duas situações, que nos ocuparam muito tempo em Reuniões de Câmara, e foi aprovado por unanimidade, quer a passagem do subsolo, quer a ocupação para as feiras – os mercados e as feiras. Eu aqui, o que tenho a dizer é que tentámos, de alguma forma, que o nosso Regulamento Geral de Taxas Municipais reflita, efetivamente, a verdade do nosso meio socioeconómico. E penso que, desta forma que está aí escrita, em que o metro linear é pago por ano, enquanto houver essa ocupação, até cinquenta metros, corresponde a trezentos e sessenta e cinco euros (365€), e por cada fração de cinquenta metros, corresponde a dez euros (10€). Isto visa reduzir drasticamente o que os cidadãos de Moncorvo tinham que pagar. Drasticamente – posso-vos dizer que nestes trezentos e sessenta e cinco (365€), se fossem cinquenta metros – peço o apoio à Mesa – estávamos a pagar por metro, e por dia, um euro (1€). Ou seja, o que se fez aqui foi retirar o dia, e passámos... por ano – já fizeram aqui contas – eram dezoito mil, duzentos e cinquenta euros (18.250€). Cinquenta metros correspondia a dezoito mil, duzentos e cinquenta euros (18.250€). Neste momento, pelos mesmos cinquenta metros, são trezentos e sessenta e cinco euros (365€) – ou seja, um euro (1€) por dia. É uma redução drástica, mas que eu penso que vai ao encontro dos interesses dos cidadãos.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com vinte votos a favor e quatro abstenções **aprovar** a “Alteração ao Regulamento Geral de Taxas Municipais”.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 9 — ACORDOS DE EXECUÇÃO A CELEBRAR COM AS JUNTAS DE FREGUESIA. -----

----- Inscreveu-se para intervir neste ponto os deputados **António Júlio Andrade** (PS), **José Manuel Rodrigues Aires** (PS), **José Carlos Meneses** (Presidente de Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo) e **Francisco António Roque Braz** (Presidente de Junta de Freguesia de Carviçais).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Relativamente a este ponto, há uma questão técnica, que é esta: os Acordos são quase todos iguais, quase todos iguais – e este “quase” é que faz toda a diferença” – dado que – confesso que não os li todos, porque eram repetitivos, mas há um, que é o da Junta de Freguesia de Moncorvo, que tem uma especificidade que depois será explicada. Por isso, eu propunha aos Srs. Deputados que votássemos todos os Acordos de Execução a celebrar com as Juntas de Freguesia, exceto o da Junta de Freguesia de Moncorvo. Alguém se opõe a isto? Tem a palavra, Sr. Deputado António Júlio Andrade.-----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** É só uma chamada, que o Presidente da Câmara deve-se ter esquecido ??? e não está incluída aqui no acordo. Penso que terá sido por esquecimento.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor Sr.º Deputado.-----

-----**Deputado José Carlos Meneses:** Muito bom dia a todos. Em relação aos Acordos de Execução, referindo-me ao da Junta de Freguesia de Moncorvo, deve haver aqui algum erro também na parte dos quilómetros, porque nós estivemos a assinar este protocolo, mas depois, a posteriori, deve haver um ajustamento, não só nos traçados, mas depois também uma confirmação real dos quilómetros. Porque eu noto aqui, na Freguesia de Moncorvo, que temos à volta de dez quilómetros a mais para executar, e não há traçado para executar. Ou seja, foi um erro técnico o que se passou aqui. Mas, o que nós vamos votar será um protocolo, que depois ajustamos nos autos de medição. Deve ser assim, creio eu.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado – corrija-me se não é assim – nós estamos a votar os princípios em que se baseiam o acordo; depois, haverá autos de medição, e será de acordo com os autos de medição que as transferências serão feitas. Portanto, estamos a votar o princípio, quase como se estivéssemos a votar o preço unitário do que quer que seja, e depois dependerá da execução de cada uma das Juntas de Freguesia, porque também entendo eu que mesmo aprovado aqui, se não for executada a totalidade daquilo que está, também não será transferido para a Junta de Freguesia o valor equivalente. Sr. Deputado José Aires, faça favor.-----

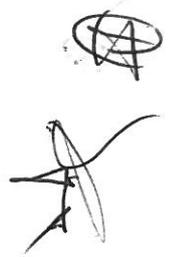
-----**Deputado José Manuel Rodrigues Aires:** Relativamente a este ponto, destes protocolos que irão ser celebrados com as Juntas de Freguesia, queria, efetivamente, e neste caso, dar os parabéns à Câmara, por se partir também de uma premissa que já vinha do Executivo anterior, e agora na globalidade das Juntas de Freguesia. Essa descentralização, de facto, veio trazer essa legitimidade, mais validade nesta atribuição, e acho que é uma das competências que, efetivamente, podem ser descentralizadas. E por isso, dar os meus parabéns ao Executivo.-----
Relativamente ao facto de nós estarmos a aprovar estes protocolos em junho – ou seja, a meio do ano – só tenho uma preocupação, que é se a Câmara, neste ano corrente, só vai pagar metade do que está contratualizado, ou se acha que as Juntas de Freguesia conseguirão fazer até ao fim, uma vez que estamos também aqui numa época de incêndios florestais – que é uma preocupação de todos, a defesa contra os incêndios, e sabemos que muitos começam junto às bermas de estrada – saber se acha que as Juntas de Freguesia terão essa capacidade de, portanto, neste período mais crítico, executar este trabalho. Era só. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sem me querer substituir à Câmara Municipal, direi que, pelo menos no que aqui nos diz respeito, nós estamos aqui a votar algo que depois será alvo de autos de medição, e será transferido para as Juntas de Freguesia aquilo que for executado.-----

-----**Deputado José Manuel Rodrigues Aires:** Eu entendo isso, e sei o que é um auto de medição, sei que a Câmara irá medir, e se efetivamente não foi cumprido o que está contratualizado, a Junta não receberá o valor. O que eu estou a dizer é que a questão mais importante, o cerne da questão para mim é que já estamos em junho, época de incêndios florestais, e se essa limpeza só irá começar agora, ou se já foi feito algum trabalho deste tipo.

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Está esclarecido. Sr. Deputado Francisco Braz, faça favor.-----

-----**Deputado Francisco António Roque Braz:** Muito bom dia a todos. No seguimento do que disse aqui o colega de Junta, de Moncorvo, e o Presidente da Assembleia, terá que haver sempre depois a negociação. No caso dele, tem dez quilómetros a mais, e eu, concretamente em Carviçais, tenho cerca de doze a menos. Portanto, os valores; isto só depois; porque são valores, que, depois, certamente virão à Assembleia, e que não haja compreensão. Prevê-se agora um valor, e depois em Carviçais irá aparecer um outro valor. E Carviçais não está aqui para ser mais beneficiado do que ninguém, quer só as coisas como são na realidade. Obrigado. -----



-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, aquilo que eu entendi é que os valores que estão aqui são pressupostos que são executados, aqui o que está nos mapas. O que for executado a mais, com certeza terá autos de medição, e será devidamente contabilizado; o que for executado a menos, obviamente que não deverá ser pago. -----

-----**Deputado Francisco António Roque Braz:** Já agora, só a título informativo, se calhar esclarece alguma coisa ali ao Deputado José Aires: pelo menos a Junta de Carviçais faz um trabalho anual de limpeza. E não vai fazê-lo só agora, depois da aprovação do protocolo; já o está a fazer desde janeiro, durante o ano inteiro, Sr. Presidente. O serviço que nos vão pagar é já o serviço que nós temos vindo a fazer diariamente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara, para esclarecer-nos em definitivo sobre esta questão. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito rapidamente, para dizer que estes são, neste momento, princípios de Acordo de Execução, que têm que ir à Assembleia de Freguesia; e a Assembleia de Freguesia também tem que os aprovar, e provavelmente irá retificar algumas situações, porque o que nós aqui prevemos foi – muito rapidamente eu vou explicar: vai de placa de freguesia a placa de freguesia. Mas, eu estou-me a lembrar ??? em que a placa da freguesia, ou da localidade, está aqui em cima, e depois temos uma série de estradas ??? que também, obviamente, vai ter que vir aqui. Mas isso, as Juntas de Freguesia, depois de aprovar, no fundo, estas regras e normas gerais, terá que vir dizer: “Falta isto”, “falta aquilo”, têm de pôr isto para nós também justificarmos. E depois, obviamente, será feito através de autos de medição. Quanto à pergunta do Sr. Deputado António Júlio Andrade, da Quinta Branca ??? estamos a falar ??? foi aberta ??? e ainda não foi... Está-me a falar desta que agora vamos ter, quem vai do cruzamento da Quinta Branca? -----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Não, a que vamos ter é outra; ??? primeiro fizeram a estrada. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Sim. Portanto, é essa estrada que agora... no final das obras, terão de ser entregues, ver como é que está a situação, porque essa é uma estrada de obra. Essa, no final, quando for aceite pela Câmara Municipal, obviamente que sabemos que é para incluir. Neste momento ainda não, porque ainda não foi aceite. Era isso que eu também lhe queria dizer. -----



-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Não sei se nos quer explicar já a especificidade da Junta de Freguesia de Moncorvo, porque embora votemos em separado, está tudo integrado no mesmo ponto, e convinha esclarecer.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado. Bom, temos aqui um Acordo de Execução que é para resolver uma situação. Há aqui uma dívida com um empreiteiro, ainda pela requalificação e obras da nova Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, e será, no fundo, a forma de resolvermos esta situação, transferindo para a Junta de Freguesia a possibilidade de pagar ao empreiteiro. Há aqui algum dinheiro que ainda não foi transferido – apesar de o protocolo ter sido assinado pelos anteriores Executivos, não foi transferido; eu próprio falei com a Ex-Presidente de Junta, e não foi transferido na totalidade. E portanto, teremos que resolver também esta situação. Com a alteração da Lei, deixou de ser possível por transferência, e passou a ser por Acordo de Execução, que tem que vir obrigatoriamente à Assembleia Municipal, até por um princípio de toda a gente ter conhecimento do que é que se transfere, e por que é que estamos a fazer este acordo com a Junta. -----

De qualquer forma – e sem querer retirar qualquer competência à Mesa – uma vez que temos cá o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, também poderia dar alguma explicação, porque conhece em concreto as contas.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Senhor Deputado José Meneses, faça favor.-----

-----**Deputado José Carlos Meneses:** de Moncorvo, deparámo-nos com uma dívida que rondava os trinta e nove mil e oitocentos euros, dívida essa referente às obras da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo. Automaticamente também, o próprio empreiteiro veio-nos pedir esse valor, e o valor em causa seria esses trinta e nove mil (39.000€) – que eram trinta e sete mil (37.000€) que faltavam pagar, mais cerca de dois mil euros (2.000€), ou mil e oitocentos euros (1.800€) das letras em inox que se encontram na fachada principal, que estão lá colocadas. E eu disse-lhe que não tinha dinheiro para pagar, porque as receitas da Junta de Freguesia entre o Fundo de equilíbrio Financeiro (FEF) e receitas correntes são cinquenta e dois mil (52.000€), e cinquenta e quatro mil euros (54.000€) por ano, sendo que os custos fixos rondam os trinta mil euros (30.000€). Ficamos com o restante para manutenção do património, conservação dos caminhos vicinais, entre outras despesas que possam eventualmente aparecer (o apoio também às instituições locais). Entretanto, fomos ver os protocolos que existiam para trás, e deparámo-nos com um protocolo de 2008, que dizia que a Câmara, ou o Município de Torre de Moncorvo transferiria para a Junta de Freguesia o valor de noventa e cinco mil euros (95.000€), que era o ajuste direto dessa obra, mais IVA, o que dava cem mil euros (100.000€). Foram transferidos setenta e cinco mil (75.000€), do Município para a Junta



de Freguesia; supostamente só faltariam vinte e cinco mil (25.000€). Mas, não; o empreiteiro, aquilo que diz é que faltam os trinta e nove mil e qualquer coisa, e agora com juros de mora, já está em quarenta mil sendo certo que da junta de freguesia para o empreiteiro foram transferidos sessenta e cinco mil euros (65.000 €) subdivididos em tranches, as últimas já no fim de mandato, ou seja, entre agosto e setembro de 2013.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade, aprovar os “Acordos de Execução a celebrar com as Juntas de Freguesia”**.-----
O Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo foi **aprovado por maioria**.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

PONTO 10 — ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE.-----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto os deputados **António José Félix Salgado** (Coligação PSD/CDS), e **José Manuel Rodrigues Aires** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Este Acordo de Cooperação tem também a ver com todas as zonas do Concelho. Após chegarmos a acordo com a ULS Nordeste para a readaptação da Unidade Móvel de Saúde, este acordo agora vai além, porque é entre a Câmara Municipal, a Santa Casa da Misericórdia, enquanto prestadora de serviço na Unidade Móvel de Saúde, e as Juntas de Freguesia, para fazermos o rastreio completo do Concelho. Tenho a dizer que este acordo foi previamente negociado com as Juntas de Freguesia – obviamente, nem podia ser de outra forma, porque se não houvesse entendimento, não seria apresentado aqui.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado António José Salgado, tem a palavra.-----

-----**Deputado António José Félix Salgado:** Sr. Presidente da Assembleia Municipal: Ora bem, aqui só para alertar para uma situação: é que podemos cair aqui no perigo de, dentro da freguesia, ao estarem a pagar os seiscentos euros (600€) por mês ??? significa que estes ??? aqueles que estão destinados, o que controla tudo, ??? responsável. O que significa que as Juntas, depois, não podem vir exigir mais ??? não se entende o que está aqui. Acho que isto deve ficar bem esclarecido, porque... ??? nós pagámos para isto e isto. Isto não é assim. Isto é que eu acho que deve ficar bem esclarecido.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Deputado José Aires, faça favor.-----

-----**Deputado José Manuel Rodrigues Aires:** Relativamente a esta questão, tenho aqui algumas dúvidas, que é... portanto, o protocolo foi celebrado com uma entidade de saúde local, a Santa Casa da Misericórdia e as Juntas de Freguesia. E eu gostaria de saber quem é que dispõe dos recursos humanos para a Unidade Móvel de Saúde.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Sr. Presidente faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Respondendo ao Sr. Deputado António Salgado, obviamente que primeiro tivemos que assinar o acordo com a ULS, sabendo os termos, e este conjunto é dependente do acordo assinado com a ULS. Segundo, perguntou o Sr. Deputado José Aires quem é que disponibilizava os recursos humanos. Como está previsto na cláusula segunda, "Obrigação das partes", no n.º 3: ??? Torre de Moncorvo ??? presente protocolo: enfermeiro (trinta e cinco horas), ??? (dezasseis horas) psicólogo (oito horas), dietista (oito horas), técnico de análises de saúde pública (oito horas), e ainda a realização dos percursos inerentes às ??? da Unidade Móvel e o respetivo motorista, integrado no plano da enfermeira. E atenção, essa enfermeira é do Centro de Saúde ???. Estes são prestadores de serviços na Unidade Móvel, mediante o plano que o Centro de Saúde elabora.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com vinte e um votos a favor e três abstenções **aprovar os "Acordos de Cooperação para Prestação de Cuidados de Saúde"**.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----



PONTO 11 — ALTERAÇÃO AO REGIMENTO. -----

-----Inscreeveu-se para intervir neste ponto os deputados **António José Félix Salgado** (Coligação PSD/CDS), e **José Manuel Rodrigues Aires** (PS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Relativamente a isto, eu vou dizer o seguinte: as propostas de alteração ao Regimento são da minha autoria. De qualquer forma, pedi, e divulguei junto dos Srs. Deputados que têm assistido às reuniões – e não aos suplentes, porque não tenho sequer o e-mail deles, nem forma de lhes fazer chegar – situações supervenientes, inclusivamente a instalação deste retroprojetor, e algumas sugestões que me fizeram, que levaram-me a refletir e entender que esta proposta pode ser melhorada. E eu, da minha parte, retiro a proposta que fiz.

De qualquer forma, suponho que o Sr. Deputado António José Salgado tem uma proposta a fazer. Muito bem. Retirar a proposta, quer dizer, simplesmente vou pensar melhor, vou obviamente dialogar com outras pessoas, e eventualmente poderei apresentá-la mais tarde, se entender que é conveniente e se corresponde à vontade também dos Srs. Deputados. Sr. Deputado António José Salgado, tem a palavra.-----

-----**Deputado António José Félix Salgado:** Só uma coisa que eu acho que é... eu creio que a proposta visa precisamente esclarecer isso. Eu tinha dito ??? em mandatos anteriores, que tínhamos de chegar a um acordo, a um consenso, em que ??? quer em relação ao Executivo, quer em relação à Assembleia Municipal ???.

-----**O Presidente de Mesa:** Está-se a referir ao Ponto n.º 2, a questão da comunicação.-----

-----**Deputado António José Félix Salgado:** Sim. Portanto, pelos vistos, não foi transcrito ??? é precisamente que seria enviado por via eletrónica o expediente todo das sessões, por via eletrónica, por e-mail, e que seria fornecida uma cópia em suporte de papel ????. Portanto, pelos vistos ??? na última Assembleia, ou coisa assim do género. Eu fiquei, quer dizer, até um bocado surpreendido, porque nunca me passou que isso não tinha que estar no Regimento. E era por isso que a proposta que eu tinha feito ??? textualmente, para esclarecer, e para ficar definitivamente isso ??? e não impedindo isso que, posteriormente, se faça uma revisão mais alargada do Regimento ???.



Agora, eu deixo à consideração do Sr. Presidente se quer retirar todas, ou se quer pôr a proposta à votação.

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, eu retiro a minha proposta, mas o Sr. Deputado tem todo o direito de colocar a sua proposta. O que eu lhe ia pedir é que... Eu entendo que, nesta altura, não faz sentido estarmos a alterar o Regimento, assumindo todos que, efetivamente, a forma como estamos a trabalhar é a forma que é consensual, mas quanto a alterações, estamos abertos a qualquer sugestão.-----

Há uma questão que o Sr. Presidente da Câmara já falou, logo no início, da possibilidade de utilizarmos outro tipo de microfones. O problema surgiu com a transcrição das atas da Lousa, e sobretudo da ata de dezembro. As atas de setembro e dezembro tiveram uma qualidade de gravação muito pequena, e isto é um problema de altifalantes, havia um ruído enorme; eu tive oportunidade de ouvir algumas, na tentativa de ajudar, e os Srs. Deputados também. E fiz a proposta ao Sr. Presidente da Câmara no sentido de, em vez de usarmos microfones sem fios – que são muito mais sujeitos a este tipo de interferências e de avarias – usarmos microfones com fio. Têm uma vantagem em relação a outros microfones: é que têm uma fiabilidade muito grande, porque estão ligados diretamente – portanto, estão sempre ligados, é uma questão de carregar no botão, e nós sabemos, até porque visualmente isso aparece. Têm um inconveniente: não podem andar de mão em mão. E a proposta que está em cima da mesa, que gostaria de colocar à consideração dos Srs. Deputados, é que exista um microfone destes, obviamente, na Mesa do Executivo, outro na Mesa da Presidência da Assembleia Municipal, um em cada um dos Grupos Parlamentares, e um outro num púlpito, onde os Srs. Deputados se dirigiriam para fazer as suas intervenções. Se houver alguma questão relativamente a isso, gostaria que se pronunciassem – já, preferencialmente, mas se entenderem refletir sobre o assunto, também podem fazê-lo posteriormente, quer a mim, quer ao Sr. Presidente da Câmara. Suponho que isto não está para ser decidido já. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Nós, a situação que temos é que temos que fazer uma consulta ao mercado, por causa ??? que nos obriga ???. Uma vez que estamos em obras, ??? iríamos tentar, como é óbvio...

-----**O Presidente de Mesa:** Deputado José Manuel Rodrigues Aires, faça favor.-----

-----**Deputado José Manuel Rodrigues Aires:** Só para pedir um esclarecimento, que é relativamente a este ponto: se foram retiradas, efetivamente, as duas propostas de alteração ao Regimento. Era só para esclarecer. Obrigado.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou retirar este ponto de “Alteração ao Regimento”.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----Inscreveu-se para intervir o Senhor Paulo Jalotto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tenho aqui um pedido para intervenção, do Sr. Paulo Jalotto, que vem pedir para se pronunciar sobre a Derrama e alteração de taxas. Tem a palavra, Sr. Cidadão.-----

-----**O Cidadão Paulo Jalotto:** Bom dia a todos. Cumprimentos à Mesa, ao Executivo e a todos os deputados.-----

Sr. Presidente, eu gostava de começar – aliás, porque reconheço idoneidade e transparência à Mesa que o senhor preside – e eu, na última Assembleia em que estive cá, entreguei documentos para serem anexados à ata, e para serem entregues à Oposição e aos deputados que sustentam a Câmara, e tenho conhecimento de que os mesmos não foram entregues. Portanto, é de lamentar o sucedido. Também lamento que a própria Oposição, e os deputados do próprio Partido, não o pudessem ???, demonstrando assim que não ligaram nada ao assunto. Depois, gostava de deixar uma nota, porque só depois é que assisti: o Sr. Presidente, na última intervenção que fez em relação ao assunto que eu trouxe, falou em prescrição, porque era uma pessoa séria, e diz que, e passo a citar: “Uma pessoa séria, e não faz como alguns, que pedem prescrição para não pagar.” Como eu estava a pensar no assunto, não entendo a que propósito é que introduziu esta ???, muito mais quando o Sr. Presidente, com formação quase de direito, sabe bem que é um direito que lhe assiste, é aquilo que o senhor, enquanto advogado, na sua posição, mais alega ???. Portanto, não entendi. No entanto, devido à sua postura, eu tenho aqui que lhe dizer que tem que deixar que os outros é que falem da sua seriedade. Isso é que tem interesse, os outros é que falam da nossa seriedade. E em relação ao assunto que me trouxe, seria haver um princípio de equidade, não isentar familiares e amigos, em detrimento de toda a massa empresarial que pagou. No entanto, e no seguimento da reunião que tivemos, houve um documento que entreguei, o Sr. Presidente sabe que no final me transmitiu, lá em baixo, que o erro era meu, porque bastava só pedir isenção. No dia 30 de abril, entrego-lhe na Câmara, nos serviços camarários, e não se dignou nem a responder ao pedido de isenção, nem às dezasseis perguntas que lhe fiz. Portanto, continuo à espera. Portanto, até me deu algum gozo ser gozado pelo senhor. Referiu também, e disse-o aqui publicamente, que talvez houvesse algum engano da minha parte, porque isto

seria mais para os bancos e empresas deste tipo. Pergunto quais foram os bancos que pagaram, porque nenhum banco pagou; só nós é que pagamos. Não me alongo, e termino simplesmente dizendo ao Sr. Presidente que montei uma nova empresa para a qual vou transferir a sede, porque espero ter bons resultados, e vou transferi-la. A empresa que tenho, vou tentar anexá-la a outra, para transferir também; e vou montar uma outra, que já não será sedeada no Concelho de Moncorvo. Torno a lamentar – e termino – que a aplicação da taxa de Derrama – se me tivesse explicado o intuito da mesma, e se os valores ??? fossem interessantes ao ponto de me levar a pensar que pagaria algum residual da dívida... Agora diga-me qual é o levantamento que tem, e quais são os valores que já paguei até 30 de maio, e reafirmo o mesmo não dar para nada. Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Paulo Jalotto. Não sei se o Sr. Presidente quer intervir.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela sua intervenção, Sr. Paulo Jalotto. Desejo-lhe o maior sucesso para os novos negócios. Quanto ao restante, a esse cardápio de intervenções, obviamente que não lhe vou responder, porque nem é o local. Quanto às dezasseis perguntas que entregou, estamos a ultimá-las, para dar ao Presidente da Assembleia, porque é o Presidente da Assembleia, enquanto quem preside este órgão, que irá depois reenviar para si. E só não lhe foram enviados, ao contrário do que disse também aqui ??? razões que V. Exa. sabe. E curiosamente fomos notificados com a fórmula do pagamento da Derrama ????. Curiosamente. O que quer dizer que aquilo que disse, não digo que é mentira, mas é uma inverdade, dos conhecimentos que tinha. E fomos notificados todos, pode ter a certeza, que sabe disso; aliás, já disse isso. Mas, nós iremos, então, enviar, e iremos enviar ??? que é isso que nós queremos. Só estamos à espera que seja aprovado. Não lhe vou mandar a proposta que foi feita, da fórmula de pagamento; vamos enviar depois a totalidade, como é que vai ser feito isso. Penso que a Associação Nacional de Municípios também já saberá. A Associação Nacional de Municípios já se pronunciou sobre a forma de pagamento, aos Municípios ????. Então, irá ser respondido, irá ser remetido para o Sr. Presidente da Assembleia, com a maior brevidade possível. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade.** -----

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às 12h00m deu por encerrada a sessão. -----

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente da Mesa,



(José Mário Leite)

1.ª Secretária da Mesa,



(Cristna Trindade)

2.º Secretário da Mesa,



(Maria Cecília Pinto)